

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 6

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 1

*A Segurança Nacional
Norte-Americana:
a Equipe de Bush*

Março de 2001

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

A Segurança Nacional Norte-Americana: A Equipe de Bush

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS • VOLUME 6 • NÚMERO 1 • MARÇO DE 2001



"Os inimigos da liberdade e do nosso país não devem enganar-se: os Estados Unidos mantêm seu compromisso no mundo através da sua história e por sua vontade, estabelecendo um equilíbrio de poder que favorece a liberdade. Defenderemos nossos aliados e nossos interesses. Mostraremos nossos propósitos sem arrogância. Lidaremos com agressões e má fé com força e resolução. E, para todas as nações, falaremos pelos valores que fizeram surgir a nossa pátria."

— Presidente George W. Bush,
Discurso de Posse, 20 de janeiro de 2001

"Nossa nação também necessita de uma estratégia clara para enfrentar as ameaças do século XXI, ameaças que são mais dispersas e menos declaradas. Elas variam desde as ameaças terroristas com bombas até tiranos e tentativas de desenvolvimento de armas de destruição em massa por países nocivos. Para proteger nosso próprio povo, nossos aliados e amigos, necessitamos desenvolver e expandir defesas eficientes com mísseis. E, à medida que transformamos nossas forças armadas, podemos descartar os resquícios da Guerra Fria e reduzir nossas próprias forças nucleares, de forma a refletir as necessidades atuais."

— Presidente George W. Bush,
Discurso para a Sessão Conjunta do Congresso,
27 de fevereiro de 2001

"Reunimos a melhor equipe de segurança nacional de todos os governos", afirmou o presidente Bush em quatro de março. Esta edição da "Agenda da Política Externa dos Estados Unidos" aborda as prioridades de política externa do governo Bush, analisadas por membros da equipe de segurança nacional do presidente, que incluem o secretário de Estado Colin Powell, o secretário da Defesa Donald Rumsfeld e a conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice, bem como dois membros proeminentes do Congresso e um líder acadêmico. Ela inclui informações básicas sobre os principais participantes e uma relação de material bibliográfico e "sites" na Internet.

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

A SEGURANÇA NACIONAL NORTE-AMERICANA: A EQUIPE DE BUSH

ÍNDICE

● EM FOCO

O COMPROMISSO INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: ÉPOCA DE GRANDES OPORTUNIDADES	5
<i>Declarações do Secretário de Estado Colin Powell sobre Questões Fundamentais da Política Externa</i>	
O DESAFIO DA DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS: A PAZ PARADOXAL	12
<i>Declarações do Secretário Donald Rumsfeld sobre Questões Fundamentais de Defesa</i>	
A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS: COMO PROTEGER A INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DA NAÇÃO	17
<i>Declarações da Conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice sobre Questões Fundamentais de Segurança</i>	

● COMENTÁRIOS

COMO ESTABELECEER A AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS	21
<i>Senador Jesse Helms</i>	
A NECESSIDADE DO BIPARTIDARISMO NA POLÍTICA EXTERNA	25
<i>Senador Joseph Biden</i>	
OS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA ENFRENTADOS PELO GOVERNO BUSH	28
<i>Robert J. Lieber Professor de Governo e Assuntos Externos Universidade de Georgetown</i>	

● OS PARTICIPANTES

COLIN POWELL	32
<i>Secretário de Estado</i>	
DONALD RUMSFELD	33
<i>Secretário da Defesa</i>	
CONDOLEEZZA RICE	34
<i>Conselheira de Segurança Nacional</i>	
GEORGE TENET	35
<i>Diretor Central de Inteligência</i>	

© **GUIA PARA LEITURAS ADICIONAIS**

**A SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: A EQUIPE DE BUSH
INFORMAÇÕES SOBRE ARTIGOS**

36

Resumos de artigos recentes

**A SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: A EQUIPE DE BUSH
BIBLIOGRAFIA**

38

Outras opiniões em destaque

**A SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: A EQUIPE DE BUSH
PRINCIPAIS "SITES" NA INTERNET**

40

"Links" na Internet para fontes sobre questões relacionadas

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 6 • NÚMERO 1 • MARÇO DE 2001

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda da Política Externa dos Estados Unidos e Sociedade e Valores dos Estados Unidos — oferecem declarações sobre política norte-americana, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas.

Todas as edições são publicadas em versões em espanhol, francês, inglês e português, com edições selecionadas também aparecendo em árabe e russo. As edições em língua inglesa são publicadas em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e pela contínua acessibilidade de sites da Internet ligados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os editores de tais sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que contenham restrições explícitas de direitos autorais sobre seu uso. Usuários potenciais de fotos com crédito são obrigados a obter autorização de uso junto à mencionada fonte.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice das publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura online, transferência, downloading e impressão.

Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais.

*Editor, Agenda da Política Externa dos Estados Unidos
Segurança Política - IIP/TIPS
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
Estados Unidos da América*

E-mail: ejforpol@pd.state.gov

EDITOR CHEFE	Judith S. Siegel
EDITOR	James Hutcheson
EDITOR GERENTE	Margaret A. McKay
EDITOR ASSOCIADO	Wayne Hall
EDITORES COLABORADORES. . .	Jennifer Clark
.	Ralph Dannheisser
.	Susan Ellis
.	Merle Kellerhals
.	Jody Rose Platt
.	Jacqui S. Porth
.	Terence Scott
ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA	Sam Anderson
.	Rebecca Ford Mitchell
.	Vivian Stahl
DIRETOR DE ARTE	Barbara Long
ASSISTENTE GRÁFICO	Sylvia Scott
ASSISTENTE DE PROGRAMAÇÃO	Yvonne Shanks
CONSELHO EDITORIAL	Howard Cincotta
.	Judith S. Siegel
.	Leonardo Williams

O COMPROMISSO INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: ÉPOCA DE GRANDES OPORTUNIDADES

Declarações do Secretário de Estado Colin Powell sobre Questões Fundamentais de Política Externa



O secretário de Estado Colin Powell afirma que esta é "uma época de grandes oportunidades" para os Estados Unidos porque "não há nenhuma outra ideologia... que possa realmente competir com o que podemos oferecer para o mundo". Os Estados Unidos, afirma ele, necessitam "utilizar o poder que detemos (nosso poder político, nosso poder diplomático, nosso poder militar, mas essencialmente o poder das nossas idéias) para manter nosso compromisso no mundo". Powell tornou-se o 65º secretário de Estado em 20 de janeiro, após haver servido como chefe do Estado Maior Conjunto (1989 a 1993) e conselheiro de segurança nacional durante o governo Reagan. Encontram-se a seguir extratos adaptados de declarações públicas recentes feitas pelo secretário Powell, que refletem suas perspectivas sobre questões fundamentais de política externa enfrentadas pelo governo do presidente George W. Bush durante seu primeiro ano de governo.

O COMPROMISSO INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Ao examinar os desafios atuais (quer seja o Iraque, o Oriente Médio, as armas de destruição em massa, o tráfico de mulheres ou direitos humanos), o que todos os dias me dá forças para lidar com eles, e me dá esperança, é a certeza de que temos o sistema que funciona. É o nosso sistema de liberdade. É o nosso sistema de democracia. É a natureza de livre iniciativa do nosso modelo econômico. É o nosso sistema que acredita nos direitos individuais de homens e mulheres.

Se nos mantivermos fiéis aos princípios do nosso sistema e se permanecermos defendendo esse sistema em todo o mundo, continuaremos a remodelar este mundo de forma que beneficie a toda a humanidade.

Por isso, acredito que esta é uma época de grandes oportunidades para nós. Não existe nenhuma outra ideologia que possa realmente competir com o que podemos oferecer para o mundo. Sabemos o que funciona. Ela venceu a União Soviética. E, embora não ignoremos os desafios que ainda existem, ela está mudando a China.

E o que temos a fazer é construir sobre nosso sucesso e não temer os desafios e os riscos, utilizando o poder que detemos (nosso poder político, nosso poder diplomático, nosso poder militar, mas especialmente o

poder das nossas idéias) para manter nosso compromisso no mundo. E isso é exatamente o que o presidente Bush e sua equipe de segurança nacional pretendem fazer.

— Discurso de Abertura perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 7 de março

OTAN

Em minha primeira viagem (desde que me tornei secretário de Estado) fui não apenas para o Oriente Médio e para o Golfo Pérsico, mas voltei por Bruxelas para encontrar-me com meus colegas da OTAN e com meus novos parceiros da União Européia. Trata-se de uma OTAN diferente. É uma Europa diferente daquela que conheci tão bem como soldado durante a Guerra Fria, quando permaneci ao lado do Desfiladeiro de Fulda aguardando que chegasse até mim o Exército dos Guardas Soviéticos...

É maravilhoso, mas temos que lembrar que a Aliança ainda é vital. E a mensagem que tenho para eles: os Estados Unidos permanecerão comprometidos nesta Aliança e também com a União Européia. E podemos fazê-la crescer. Ela não está se desfazendo. Ela não vai desaparecer. Nossos aliados europeus podem desejar analisar temas como a Identidade de Defesa e Segurança Européia (ESDI). Afirmamos que a ESDI

necessita ser parte essencial também dos esforços da OTAN e acho que eles entendem este ponto. A OTAN ainda está viva e saudável e é por isso que outros nove países aguardam para ver se podem unir-se a essa grande Aliança.

Por que eles (as nações do antigo Pacto de Varsóvia) querem unir-se à OTAN? Para tornar-se parceiros de seus outros amigos europeus? Sim. Mas a razão real: eles querem unir-se para poder ter essa conexão com o guardião da liberdade, aqui na América do Norte, representado pelos Estados Unidos e pelo Canadá. É por isso que eles querem fazer parte da OTAN e é por isso que temos que deixar a Aliança crescer. E acho que temos o potencial para fazer com que a OTAN seja, no futuro, o que foi no passado: o reduto da segurança, da paz e da liberdade na massa terrestre da Eurásia e algo que a Rússia terá que enfrentar. O futuro da Rússia é para o oeste, pois eles necessitam da tecnologia, das informações e do conhecimento econômico que vem do Ocidente.

Um dos desafios a serem enfrentados pela OTAN nesta primavera e verão é o de chegar a alguma definição dentro da Aliança sobre os padrões que desejamos que esses nove países atendam antes de considerarmos sua admissão na OTAN. Como se sabe, com três desses países especificamente, existe um conjunto de sensibilidades: os Estados Bálticos e o nosso relacionamento com a Rússia.

A base sobre a qual residirá a condição de membro é esta: eles atenderam aos padrões, podem contribuir com a Aliança, somos capazes de defendê-los com base nas condições da Aliança, eles atendem especialmente os padrões de democracia, reforma econômica e estabilidade?

— Testemunho perante a Comissão de Relações Internacionais da Câmara, 7 de março, e a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 8 de março.

MANUTENÇÃO DA PAZ NOS BÁLCÃS

Os Estados Unidos estão comprometidos com o sucesso das forças de manutenção da paz nos Bálcãs. Com nossos aliados da OTAN, analisaremos cuidadosamente e em bases regulares os tipos e níveis

corretos das nossas forças. Estamos determinados a atender nossos compromissos com a estabilidade na região e evitaremos quaisquer medidas que coloquem em risco o sucesso da Aliança até aqui.

Comprometemo-nos a assegurar que, à medida que revisamos a postura das nossas forças nos Bálcãs, isso o faremos com amplas consultas aos nossos aliados da OTAN. A proposição simplista é que "começamos juntos, sairemos juntos" e, neste processo, asseguraremos a mescla exata de equilíbrio de forças em todos os momentos.

— Entrevista coletiva conjunta com o secretário geral da OTAN, general George Robertson, Bruxelas, 27 de fevereiro.

MACEDÔNIA

Deixamos claro a todos os líderes da região e (para) aqueles que... estão tentando perturbar o processo (os que agem como radicais e tentam perturbar a prática da democracia) que apoiaremos o governo da Macedônia. Deixamos claro que apoiaremos a integridade territorial da Macedônia. Deixamos claro que trabalharemos de perto com aquele governo, que é um governo de coalizão, de forma a não se fragmentar com esse tipo de atividade na Macedônia de gângsteres provenientes do Kosovo.

As tropas norte-americanas, lado a lado com seus colegas da OTAN, farão tudo o que puderem para patrulhar o lado do Kosovo daquela fronteira, para barrar os infiltrantes que chegam para colocar essa nação em risco. Estaremos diplomaticamente engajados, de todas as formas possíveis, para assegurar que a Macedônia possa permanecer livre e democrática, livre para escolher seu próprio futuro sem ser perturbada nem molestada por esse tipo de elementos radicais armados.

— Observações para a Associação Nacional de Jornais, 23 de março.

RÚSSIA

Desejamos ser bons amigos da Rússia. Não estamos voltando as costas para a Rússia. Não estamos buscando meios de ofender a Rússia, mas deixamos claro para os nossos parceiros russos que é um relacionamento maduro e que temos de falar sinceramente um ao outro...

Houve um problema esta semana (a semana de 19 de março), um problema que teve de ser abordado... com respeito a um espião (norte-americano) chamado (Robert) Hanssen. Ao examinar este caso, e ao examinar também um problema contínuo que tínhamos com a Rússia com referência ao nível da presença da sua inteligência aqui, decidimos que precisávamos reagir. (Os Estados Unidos responderam à descoberta de que o agente sênior do FBI Robert Hanssen havia espionado para os russos desde 1985, anunciando a expulsão de cerca de 50 diplomatas russos.)

Reagimos de forma estudada, realista, prática e, no que nos diz respeito, que pôs fim ao assunto. E não é parte de um grande esquema; foi um problema isolado que tivemos de solucionar. Não recuamos perante ele. Não nos afastamos dele. Lidamos com ele de forma realista.

E tive uma longa conversa com o ministro (de Relações Exteriores Igor) Ivanov sobre isso e ele, naturalmente, exprimiu sua opinião em termos realmente muito fortes...

E solucionaremos isso, pois o mundo necessita de bom relacionamento entre a Rússia e os Estados Unidos. O mundo necessita que nós exploremos todas essas questões preocupantes juntos: relações bilaterais, relações comerciais, problemas regionais, armas, defesa com mísseis; tudo isso será discutido.

— Observações para a Associação Nacional de Jornais, 23 de março.

CHINA

A China é um gigante tentando encontrar seu caminho no mundo, ainda com liderança comunista, mas com textura distintamente chinesa que desfigura qualquer

categorização real diferente do capitalismo que agora crie uma forte cadeia por toda a parte. Nosso desafio com a China é fazer o que pudermos e que seja construtivo, de auxílio e que seja do nosso interesse. O Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e nossos demais aliados e amigos na região detêm interesse nesse processo de nutrir um relacionamento construtivo, e desejaremos trabalhar com eles para reagirmos a uma China dinâmica.

Com condição plena de membro da Organização Mundial do Comércio, com comportamento cada vez mais responsável na região e no mundo e, de forma mais vital, com maior liberdade para o povo chinês, a China pode ainda cumprir a promessa iniciada por Sun Yat-sen há quase cem anos. Mas, enquanto isso, trataremos a China da forma como ela merecer. A China não é um parceiro estratégico. Mas a China também não é um inimigo inevitável e implacável. A China é um concorrente e um potencial rival regional, mas também um parceiro comercial disposto a cooperar em regiões (como a Coreia) onde nossos interesses estratégicos sobrepõem-se. A China é tudo isso; mas a China não é um inimigo e nosso desafio é mantê-la desta forma.

Os Estados Unidos reconheceram há muito tempo a opinião de que existe apenas uma China. Neste particular, Taiwan é parte da China. A forma como a República Popular da China e Taiwan resolvem suas diferenças de interpretação dessa opinião é problema deles; desde que a força militar não seja um dos métodos utilizados. Enquanto isso, apoiaremos Taiwan e proporcionaremos suas necessidades de defesa de acordo com o nossa Lei de Relações com Taiwan, que é a base do nosso compromisso com aquela democracia próspera e trabalhadora. Que todos os que duvidarem, de qualquer ponto de vista, estejam certos de uma verdade sólida: esperamos e exigimos um acordo pacífico, que possa ser aceito pelos povos dos dois lados do Estreito de Taiwan. Este é um dos fundamentos em que acreditamos completamente e sobre o qual todos deverão estar absolutamente certos.

— Discurso de Abertura, audiência de confirmação perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 17 de janeiro.

VISITA DO VICE-PREMIER CHINÊS QIAN QICHEN

Tivemos uma excelente série de reuniões (21 e 22 de março em Washington) com o vice-primeiro ministro chinês Qichen, que... mostrou-se aberto (e) disposto a ouvir o novo governo. Ele desejou apresentar sentimentos muito fortes sobre o que está acontecendo na sua economia. Ele quis assegurar que compreendemos sua preocupação com respeito a Taiwan e nós asseguramos que compreendemos sua preocupação.

Não estamos buscando uma única palavra que descreva esse complexo relacionamento, mas reconhecemos que é um relacionamento complexo. Somos parceiros comerciais, seremos concorrentes regionais, mas há muito que podemos fazer para trabalhar juntos e precisamos trabalhar juntos, para tentar trazer a China mais para a comunidade global internacional, para ter acesso à Organização Mundial do Comércio. E, juntos, podemos deixar o passado para trás e mover-nos adiante de formas mais positivas, em direções mais positivas, protegendo nossos respectivos interesses.

— Observações para a Associação Nacional de Jornais, 23 de março.

CORÉIA DO NORTE

A Coréia do Norte é um regime despótico; ele está enfraquecido. Não temos ilusões sobre esse regime. Não temos ilusões sobre a natureza do cidadão que dirige a Coréia do Norte. Ele é um déspota, mas também está sentado sobre uma sociedade falida que, de alguma forma, necessita começar a abrir-se para não entrar em colapso. Uma vez aberta, pode muito bem entrar em colapso da mesma forma.

O presidente Bush indicou que ele aprecia o que o presidente sul-coreano Kim Dae Jung fez com relação à abertura daquela janela, como normalmente é designada (ao encontrar-se com seu parceiro norte-coreano Kim Jong Il em junho de 2000), e apóia a ele e às ações adicionais que estará tomando este ano... enquanto isso, revisaremos o que planejamos fazer com relação ao nosso engajamento com a Coréia do Norte,

quando decidirmos que chegou o momento apropriado de reengajamento.

Ao mesmo tempo, expressamos nos termos mais fortes possíveis nossas preocupações sobre os esforços da Coréia do Norte rumo ao desenvolvimento de armas de destruição em massa e à proliferação dessas armas, mísseis e outros materiais a outras nações, não apenas na região, mas em todo o mundo. Uma fonte importante de proliferação.

E, à medida que examinamos os elementos da negociação que o governo anterior deixou para trás, existem alguns pontos que são muito promissores. O que não havia era o regime de monitoramento e verificação de que necessitaríamos, a fim de fazer avançar as negociações com esse regime.

E os norte-coreanos não se comprometeram com isso de nenhuma maneira séria no período do governo Clinton.

Assim, o presidente afirmou que iremos aguardar, estabeleceremos uma política abrangente e, no momento devido e em ritmo a ser estabelecido por nós, decidiremos e determinaremos a melhor forma de engajamento com o regime norte-coreano.

— Testemunho perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 8 de março.

ORIENTE MÉDIO

No Oriente Médio, temos um desafio importante para o processo de paz. Aplaudo o comprometimento dos nossos últimos presidentes em seus incansáveis esforços para ajudar a encontrar uma solução para este conflito de meio século com raízes na Antiguidade. O presidente Bush compartilha deste objetivo. Buscamos uma paz duradoura com base no apoio irremovível à segurança de Israel, às legítimas aspirações do povo palestino, à amizade no mundo árabe e ao insistente reconhecimento de que as próprias partes devem fazer a paz.

Lamentamos o aumento da violência na região e incentivamos as partes a fazer todo o possível para por

fim ao assunto. Não se pode buscar a paz com sucesso no meio de tanta violência. Também prometemos concentrar nossos próprios esforços na região como um todo, e não apenas no próprio processo de paz. Estamos prontos para trabalhar com todas as partes na região para atingir uma solução abrangente. A paz para Israel significa paz com todos os seus vizinhos, incluindo a Síria, onde necessitamos aproveitar a oportunidade criada pela retirada de Israel do Líbano.

— **Discurso de Abertura, audiência de confirmação perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 17 de janeiro.**

VISITA DE SHARON

O primeiro-ministro (israelita) Sharon esteve (em Washington, em 20 de março) e tivemos conversas muito abertas e francas entre dois amigos. Asseguramos que Israel compreendesse nosso total compromisso com sua segurança... e, ao mesmo tempo, discutimos o que deveríamos tentar fazer (trabalhar com nossos amigos árabes na região, trabalhar com a autoridade palestina Arafat) para colocar a violência... sob controle, com os dois lados demonstrando toda a restrição possível para levar as coisas a um nível inferior, de forma que a atividade econômica possa ressurgir e as pessoas possam novamente sentir-se salvas e seguras em suas moradias.

Faremos com que haja coordenação e cooperação para a segurança entre os dois lados. E então, quando tivermos uma situação mais estável, poderemos agir para, uma vez mais, iniciar discussões rumo à paz, algo que os dois lados desejam, algo que ambos os povos necessitam, para que compartilhem juntos essa terra abençoada.

— **Observações para a Associação Nacional de Jornais, 23 de março.**

IRAQUE

A situação no Iraque foi o principal propósito da minha viagem pela região do Golfo Pérsico e do Oriente Médio em fevereiro. Quando o governo Bush tomou posse no dia 20 de janeiro, descobri que tínhamos uma política com o Iraque que estava em incorreta. Estávamos perdendo o apoio ao regime de sanções da

ONU que tão bem nos serviu durante os últimos dez anos.

Pareceu-me que a primeira coisa que precisávamos fazer era mudar a natureza do debate. Estávamos sendo falsamente acusados, e carregando o peso, de maltratar o povo iraquiano, maltratar as crianças iraquianas e necessitávamos contornar isso. O propósito dessas sanções era de lutar contra armas de destruição em massa.

Começamos portanto a discutir como o regime iraquiano está ameaçando as crianças, suas próprias crianças e as crianças da Arábia Saudita, Kuwait, Síria e demais países da região, como elas estavam em perigo (devido) ao que Saddam Hussein estava fazendo e eliminar o argumento que ele estava usando contra nós.

Em seguida, precisávamos analisar as próprias sanções. Elas estavam sendo utilizadas para combater armas de destruição em massa ou estavam, cada vez mais, parecendo prejudicar o povo iraquiano? E parece-me que uma abordagem a este respeito foi de eliminar os itens do regime de sanções que fossem realmente de uso civil e beneficiassem as pessoas, concentrando as sanções exclusivamente sobre armas de destruição em massa e itens que pudessem ser direcionados ao desenvolvimento desse tipo de armas.

Eu levei essa mensagem a toda a região e descobri que nossos amigos árabes na região, bem como os membros dos Cinco Permanentes (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia) e ainda diversos dos meus colegas da OTAN, concluíram que esta é uma abordagem muito atraente e sentiram que devemos continuar neste caminho. Observaremos se existe uma forma melhor de utilizar essas sanções para combater armas de destruição em massa e derrubar o argumento que demos a ele, de que estamos de alguma forma prejudicando o povo iraquiano. Ele é quem está prejudicando o povo iraquiano, não nós.

Existe dinheiro mais que suficiente para que o regime cuide agora das necessidades que enfrenta. Nenhum dinheiro entra a mais como resultado de uma mudança desta nova forma de política de sanções, mas existe maior flexibilidade para o regime, caso optem por

utilizar essa flexibilidade para cuidar das necessidades do seu povo.

Como sair, por fim, desse regime de sanções? Os inspetores necessitam retornar. Caso ele deseje sair, caso deseje obter novamente o controle da conta de caução Petróleo-por-Comida, a única forma para que isso aconteça é que os inspetores retornem. Mas, em vez de implorar-lhe para deixar os inspetores entrarem, agora a pressão está sobre ele. Nós controlamos o dinheiro; continuaremos a restringir armas de destruição em massa; você não tem mais o argumento, Sr. Regime Iraquiano, de que estamos prejudicando o seu povo.

Se os inspetores entrarem, fizerem o seu trabalho e estivermos satisfeitos com sua primeira impressão da situação, talvez possamos suspender as sanções. E então, em algum momento futuro, quando estivermos absolutamente satisfeitos de não existirem mais essas armas (de destruição em massa), poderemos considerar a extinção (das sanções). Mas é um longo caminho para o futuro. Este não foi, portanto, um esforço para reduzir as sanções; foi um esforço para resgatar a política de sanções, que estava entrando em colapso.

Como parte dessa abordagem para o problema, também asseguraríamos que o regime iraquiano compreendesse que reservamo-nos o direito de lutar militarmente contra qualquer atividade local, qualquer instalação que considerarmos inconsistente com suas obrigações de desfazer-se de tais armas de destruição em massa.

Isso tem a ver com a parte das Nações Unidas. Nas zonas de proibição de vôos, estamos revendo nossas políticas para observar se estamos operando-as da forma mais eficaz possível. E, com relação às atividades de oposição no Iraque, estamos apoiando-as. Nossa principal abertura de apoio é com o Congresso nacional iraquiano e, na semana passada, liberei mais uma parte dos fundos que nos foram disponibilizados pelo Congresso para suas atividades. E estamos buscando o que mais podemos apoiar e quais outras atividades de oposição estão disponíveis para podermos trazê-las a esta estratégia de mudança de regime.

Assim, acho que é uma revisão completa e abrangente para trazer de volta a coalizão, pressionar o regime

iraquiano, manter-nos concentrados no que for importante (armas de destruição em massa), mantê-lo isolado e assegurar que fique restrito. E esperamos pela chegada do dia em que as circunstâncias o permitirão, ou em que acontecerá no próprio Iraque, e veremos uma mudança de regime que será melhor para o mundo.

— Discurso de Abertura perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 8 de março.

HEMISFÉRIO OCIDENTAL

Não foi por acidente que as primeiras reuniões do presidente Bush foram com o primeiro-ministro Chretien do Canadá e o presidente Fox, do México. Entendemos a importância do México para nós; nosso segundo maior parceiro comercial depois do Canadá. E iniciamos o trabalho com o presidente Fox para inaugurar uma nova forma de abordagem de problemas comuns. Estarei presidindo comitês que foram formados naquela cúpula para lidar com os problemas de imigração. O NAFTA (Associação Norte-Americana de Livre Comércio) é o grande motor que pode ajudar a derrubar as barreiras e dar ao México a oportunidade de criar empregos para os mexicanos e lidar com o problema de imigração que todos nós enfrentamos.

Teremos compromisso com um plano andino, que vai além do Plano Colômbia, para assegurar o combate ao problema do fornecimento de drogas naquela parte do mundo. É por essa mesma razão que aguardamos ansiosamente a Cúpula das Américas de abril em Quebec, onde todas as nações democráticas deste hemisfério se reunirão para discutir democracia e educação. Esses são os dois principais itens da agenda. Discutiremos então o comércio e a Área de Livre Comércio das Américas, de forma a unir o topo do nosso hemisfério ao extremo sul, com as barreiras comerciais caindo para que todas as nações deste hemisfério tenham acesso a informações tecnológicas e ao potencial criador de progresso do sistema de livre iniciativa e de livre comércio.

— Discurso de Abertura perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 7 de março.

ÁFRICA

Necessitamos manter nosso contato com a África, e com mais substância. Uma das ações mais importantes iniciadas pelo Congresso no ano passado foi a aprovação da Lei da Oportunidade e do Crescimento Africano. O livre comércio é importante em todo o mundo, mas regiões diferentes necessitam de fórmulas diferentes para fomentar o livre comércio. Essa Lei é a forma correta de trazer a África para o mundo mais próspero do livre fluxo de capitais e mercados abertos.

Com economias poderosas como a da África do Sul, eventualmente a da Nigéria e de outros Estados africanos em transformação, podemos começar a mudar a vida dos povos mais pobres da África. Também

sabemos que os africanos necessitam fazer mais por si próprios. Na Nigéria, isso significa força total adiante com a privatização e maior abertura da economia nigeriana. Em Serra Leoa, Libéria, Angola, Congo e outros países, isto significa paralisar a mortandade, retirar as armas das mãos das crianças, pôr fim à corrupção, buscar compromissos e começar a trabalhar para a paz e o diálogo, no lugar da guerra e das matanças. Isso significa canalizar os lucros do petróleo, dos diamantes e de outros recursos preciosos para escolas, hospitais e estradas decentes, e não para bombas, balas e senhores feudais.

— Discurso de Abertura, Audiência de
Confirmação perante a Comissão de Relações
Exteriores do Senado, 17 de janeiro. ●

O DESAFIO DA DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS: A PAZ PARADOXAL

Declarações do Secretário Donald Rumsfeld sobre Questões Fundamentais de Defesa



"Passamos por uma paz paradoxal. Estamos mais seguros com relação à ameaça de uma guerra nuclear maciça que em qualquer ocasião desde o início da era atômica. E, ainda assim, somos mais vulneráveis a bombas caseiras, terroristas da informática e à violência bruta e aleatória de regimes fora da lei", afirmou o secretário Donald Rumsfeld nas cerimônias de boas vindas do Pentágono em 26 de janeiro. Ele se tornou o 21º secretário da Defesa em 22 de janeiro após ter ocupado o mesmo posto anteriormente entre 1975 e 1977, durante o governo Ford. A seguir encontram-se extratos adaptados de declarações públicas feitas recentemente pelo secretário Rumsfeld que refletem sua perspectiva sobre questões de segurança nacional enfrentadas pelo governo do presidente George W. Bush durante seu primeiro ano de mandato.

OBJETIVOS DE DEFESA

O presidente Bush tomou posse com três objetivos em mente: fortalecer a união de confiança com as forças armadas norte-americanas, proteger o povo norte-americano do ataque e das ameaças do terrorismo e estabelecer forças armadas que utilizem as vantagens de novas e notáveis tecnologias para enfrentar as novas ameaças deste século.

Atingir estes objetivos é questão de missão e intenção. Dentre o que necessitamos combater, está a suposição de que nós temos todo o tempo do mundo para realizar a tarefa que temos pela frente. Existe uma sensação geral de que não podemos ou não precisamos agir, porque o mundo está mudando; que estamos em um período de transição entre a Guerra Fria e a próxima era, seja ela qual for; e que podemos esperar até que as coisas se agitem e se acomodem um pouco.

Mas me parece que o estado de mudança que observamos no nosso mundo pode muito bem ser o novo status quo. Podemos não estar no processo de transição para algo que se seguirá à Guerra Fria. Ao contrário, podemos estar em um período de mudanças contínuas e, se for este o caso, quanto mais cedo nos conscientizarmos deste fato, mais rapidamente poderemos realizar o trabalho de dar a esta nação e aos seus cidadãos a segurança necessária em nosso novo ambiente de segurança nacional.

— Observações nas Cerimônias de Boas Vindas
Oficiais do Pentágono, 26 de janeiro

PRINCIPAIS OBJETIVOS DE DEFESA

Planejo buscar cinco objetivos fundamentais, implementar fundos e alocar recursos necessários para atingir estes objetivos.

Em primeiro lugar, necessitamos elaborar e manter estratégia nuclear apropriada para o ambiente de segurança contemporâneo; um novo ambiente de segurança nacional.

A proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de liberação são cada vez mais um fato da vida que necessita ser reconhecido para ser, em seguida, administrado. Embora lutar para evitar a proliferação adicional permaneça essencial, um Estado determinado pode, entretanto, ter sucesso na aquisição de armas de destruição em massa e mísseis cada vez mais capazes. Conseqüentemente, deve-se ter como objetivo uma mudança política decisiva, que desvalorize os investimentos em armas de destruição em massa e seus sistemas de liberação por parte de potenciais adversários.

Em um mundo com ameaças menores mas, em alguns aspectos, mais mortais, a capacidade de defender-nos e

de defender nossos amigos contra ataques de mísseis e outras armas terroristas pode fortalecer nossa estratégia nuclear e fornecer complemento importante às capacidades puramente de retaliação. Além disso, a capacidade de proteger nossas forças é essencial para preservar nossa liberdade de ação em uma crise. Com este propósito, deve-se alcançar defesa eficaz com mísseis (não apenas defesa doméstica, mas também a capacidade de defender as forças norte-americanas no exterior, nossos aliados e amigos) da maneira mais eficaz em relação ao custo que ofereça a moderna tecnologia.

A estratégia nuclear permanece elemento essencial da nossa política de defesa. A credibilidade, segurança, confiabilidade e eficácia da estratégia nuclear da nação necessita permanecer inquestionável. Mas ela deve adaptar-se às necessidades de estratégia nuclear do século XXI. A estratégia nuclear confiável não pode mais basear-se unicamente na perspectiva de punição através de retaliação em massa. Ao contrário, ela deve basear-se em uma combinação de capacidades ofensivas e defensivas nucleares e não-nucleares que trabalhem em conjunto para negar aos potenciais adversários a oportunidade e os benefícios da ameaça de utilização de armas de destruição em massa contra nossas forças e nossa pátria, bem como as de nossos aliados.

Em segundo lugar, deve-se assegurar a prontidão e a sustentabilidade das forças em desenvolvimento.

Ao serem convocadas, as forças norte-americanas necessitam estar prontas para superar qualquer contingência que possam enfrentar e ser capazes de manter operações militares por um período maior de tempo, se necessário.

Em terceiro lugar, a comunicação comando-controle, a inteligência e as capacidades espaciais dos Estados Unidos necessitam ser modernizadas para atender às necessidades do século XXI.

À medida que as ameaças que enfrentamos se modificam, nossas capacidades de defesa necessitam adaptar-se e modificar-se com elas... O desenvolvimento e o deslocamento de um sistema verdadeiramente moderno e eficaz de inteligência e comunicação-comando-controle é fundamental para a transformação das forças militares dos Estados Unidos e

indispensável para a nossa capacidade de condução eficiente da diplomacia.

Em quarto lugar, o estabelecimento da defesa dos Estados Unidos necessita transformar-se para atender às circunstâncias do século XXI.

O atual processo de aquisição de sistemas de armas foi projetado para um ambiente diferente que o que existe hoje. Ele não é apropriado para atender às exigências impostas pela expansão de ameaças assimétricas e não convencionais em uma era de rápidos avanços tecnológicos e proliferação universal... Trabalharei para desenvolver uma nova estratégia de aquisição (destinada a tomar vantagem das modernas práticas industriais norte-americanas) que nos permitirá desenvolver e estabelecer sistemas de armas em ritmo que reflita as necessidades e possibilidades do novo século.

Em quinto lugar, a reforma das estruturas, processos e organização do Departamento da Defesa.

Examinarei, em consultas com o Congresso, abordagens abrangentes para modificar as bases estatutárias e reguladoras para os obstáculos mais significativos a serem reformados.

— Discurso de Abertura, Audiência de
Confirmação perante a Comissão das Forças
Armadas do Senado, 11 de janeiro.

PROGRAMA DE DEFESA COM MÍSSEIS

Este chamado mundo pós-Guerra Fria é um mundo mais integrado e, como resultado, armas e tecnologias anteriormente disponíveis apenas para algumas nações estão proliferando-se e tornando-se universais. E não apenas para as nações, mas também para entidades não-estatais.

Acredito que necessitamos reconhecer que a estratégia militar da Guerra Fria (assegurar a destruição mútua e o conceito de retaliação maciça) funcionou razoavelmente bem durante a Guerra Fria... Os problemas hoje são diferentes. As necessidades são diferentes. E temos a obrigação de planejar para essas circunstâncias em mutação, de forma a assegurar que estejamos prontos (primeiro e na dianteira) para dissuadir agressores

temerários e imprudentes a não agirem, nem ameacem ações.

A defesa com mísseis, a meu ver, é muito razoável. O que sabemos é que, com o final da Guerra Fria, a proliferação espalhou essas tecnologias e armas de destruição em massa por todo o mundo. Qualquer presidente, ao avaliar sua responsabilidade como comandante-em-chefe, teria que afirmar que uma política projetada para manter o povo norte-americano totalmente vulnerável não faz muito sentido.

Que não pare nenhuma dúvida: um sistema de defesa não necessita ser perfeito; mas o povo norte-americano não pode ser deixado completamente sem defesa, Não é tanto uma questão técnica, mas sim tema da responsabilidade constitucional do presidente... Portanto, os Estados Unidos pretendem desenvolver e estabelecer uma defesa com mísseis destinada a defender nosso povo e nossas forças contra um ataque com mísseis balísticos limitado e estamos preparados para assistir nossos amigos e aliados ameaçados por ataques com mísseis a estabelecer essas defesas. Esses sistemas não serão ameaça para ninguém. Este é um fato. Eles não deverão preocupar ninguém, exceto os que ameacem aos demais.

Os Estados Unidos não têm nenhum interesse no desenvolvimento de defesas que nos separem de nossos amigos e aliados. Na verdade, compartilhamos ameaças similares. Os Estados Unidos têm total interesse em observar que nossos amigos e aliados, bem como as forças estabelecidas, sejam defendidas de ataques e não sejam vulneráveis a ameaças ou chantagem. Longe de ser uma questão divisora, consideramos esta uma nova oportunidade de abordagem coletiva para aumentar a segurança de nós todos.

— Observações na Conferência de Munique sobre Política de Segurança Européia, 3 de fevereiro, e em entrevista no programa "News Sunday" da Fox TV, 11 de fevereiro.

DEFESA COM MÍSSEIS "NACIONAL" E "CAMPAL"

Concluí que [defesa com mísseis] "nacional" e "campal" são expressões inúteis... O que é "nacional" depende de onde você vive e o que é "campo" depende

de onde você vive. Os Estados Unidos possuem amigos e aliados com fortes ligações conosco. Estabelecemos forças no mundo. Nosso interesse é reconhecer que os mísseis balísticos constituem uma ameaça e as armas de destruição em massa constituem uma ameaça... Ao longo do tempo, há que se reconhecer que é tão importante para nós podermos defender este pedaço de terra e nossa população neste local, quanto a defesa de nossas forças estabelecidas e fazer com que nossos aliados se sintam igualmente seguros ao máximo possível. Por isso, parei de utilizar essas palavras."

-- Entrevista Coletiva no Pentágono com o Secretário Geral da OTAN George Robertson, 8 de março.

TRATADO ANTI-MÍSSEIS BALÍSTICOS (ABM)

Pedimos ao nosso povo que examine a defesa com mísseis sem restringir-se ao Tratado Anti-Mísseis Balísticos, para ver o que faz mais sentido na alteração dos planos de defesa do ponto de vista de eficácia em relação ao custo, datas de estabelecimento e confiabilidade. Não temos desejo de proceder de forma que possa afastar os Estados Unidos dos nossos aliados e amigos...

Não acredito que o Tratado ABM tenha papel central na estabilidade estratégica. Minha opinião é que a Guerra Fria já passou. Aquele tratado foi elaborado por (ex-conselheiro de Segurança Nacional de Nixon) Henry Kissinger, entre outros, que hoje concordam que não tem mais a relevância que tinha na época...

Se necessitarmos fazer alterações ao Tratado ABM, o que faremos, é necessário avisar com seis meses de antecedência para iniciar o processo. Se for necessário fazê-lo, é preciso iniciar as consultas muito antes com amigos e aliados e, por fim, com a Rússia... Estamos em um ponto em que estamos discutindo esses assuntos, mas não chegamos a conclusões.

— Entrevista para o "Sunday Telegraph" (Londres), 18 de março.

OTAN

É vontade das nações agir de forma conjunta que mantenha a segurança e fortaleça a paz... Como ex-embaixador na OTAN, tenho enorme respeito pelo valor da Aliança. Ela foi o instrumento fundamental de manutenção da paz na Europa por mais de 50 anos. Acho que é razoável afirmar muito simplesmente que ela é a aliança militar mais bem sucedida da história. E a OTAN desenvolveu-se, estabelecendo a Parceria pela Paz, que levou toda a Europa a participar do desenvolvimento da segurança em conjunto, como demonstrado pelas forças aliadas na Bósnia e hoje em Kosovo.

A Identidade de Defesa e Segurança Européia é outro desenvolvimento... Nossos aliados e parceiros europeus sabem que a OTAN está no centro das defesas da Europa. Portanto, para manter no futuro nossos sucessos do passado, necessitamos primeiro e antes de tudo manter a OTAN no centro das estruturas de segurança da Europa para a Europa...

O que acontece na nossa Aliança e o que acontece com ela deve ser compatível com a continuidade da sua força, estratégia e eficácia. Ações que poderão reduzir a eficácia da OTAN por duplicação confusa ou por perturbar a união transatlântica não serão positivas. Na verdade, elas correm o risco de injetar instabilidade em uma Aliança de enorme importância. E... seja qual for o formato que o esforço finalmente tomará, eu acredito pessoalmente que deverá ser inclusivo; aberto para todos os membros da OTAN que desejem participar.

Para ter certeza, como o número de membros da OTAN aumentou, ela deve pelo menos preservar (e, eventualmente, aumentar) nossa capacidade de ação eficaz. Os novos membros deverão compartilhar os valores das nações aliadas e estar preparados para carregar o fardo, fazendo os investimentos necessários em segurança para participar plenamente da busca dos nossos objetivos.

A Aliança afirmou que ela abordará o crescimento na próxima cúpula, em 2002; uma oportunidade para que Estados apresentem sua solicitação de membro. A condição de membro da OTAN, na minha opinião, é mais do que apenas um passo na evolução das

democracias européias. Os países membros assumem o compromisso de defesa comum e devem ser capazes de atuar com base nesse compromisso.

Enfraqueça-se a OTAN e enfraqueceremos a Europa, o que enfraquece a todos nós. Nós e os demais países da aliança estamos unidos na busca e preservação de algo grande e bom, de fato, algo sem paralelo na história. Nossos valores ainda permanecem sendo nosso maior patrimônio: liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos e pelo estado de direito. E, em face dos riscos compartilhados, ainda necessitamos compartilhar a responsabilidade.

— Observações na Conferência de Munique sobre a Política de Segurança Européia, 3 de fevereiro.

MANUTENÇÃO DA PAZ

Deverão ser estabelecidos critérios claros para o uso das forças militares norte-americanas antes da participação dos Estados Unidos em operações específicas de manutenção da paz. Deverá haver objetivos claros, uma estratégia coerente para atingi-los, possibilidades razoáveis de êxito, disposições aceitáveis de comando e controle e uma estratégia de retirada. Quando a preocupação principal da presença norte-americana muda para infra-estrutura e construção das nações, entretanto, estamos falando de missões que não são apropriadas para as forças armadas dos Estados Unidos.

— Respostas Escritas a Questões da Comissão das Forças Armadas do Senado em conjunto com sua Audiência de Confirmação, 11 de janeiro.

INTELIGÊNCIA

Estamos em um novo ambiente de segurança nacional. As características deste novo ambiente incluem:

- Posição relaxada com o final da Guerra Fria;
- Proliferação de armas e tecnologias poderosas em todo o mundo;
- Como resultado da Guerra do Golfo, um conjunto

de ameaças menos dispostas a serem dissuadidas pela ameaça de retaliação nuclear dos Estados Unidos;

— Desafios de inteligência consideravelmente mais complexos, devido ao número maior de alvos e à proliferação de capacidades de fraude e recusa;

— Aumento da dependência de equipamento especial e, portanto, maior vulnerabilidade.

A comunidade de inteligência, da mesma forma que o Departamento de Defesa, necessita ser reestruturada para lidar com o novo ambiente de segurança. As autoridades de comando nacional necessitam de informações maiores que simplesmente os números de

coisas (navios, mísseis, tanques e aviões); eles necessitam de maiores informações sobre intenções e motivos.

Com certeza, a proliferação de armas químicas, biológicas e nucleares e os meios de difundi-las apresentam-se como ameaça à segurança dos Estados Unidos, seus aliados e amigos. Devemos assegurar a dedicação dos recursos apropriados para combater essas ameaças mais novas, que incluem o ataque por computador.

— Respostas Escritas a Questões da Comissão das Forças Armadas do Senado em conjunto com sua Audiência de Confirmação, 11 de janeiro. ©

A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS: COMO PROTEGER A INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DA NAÇÃO

Declarações da Conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice sobre

Questões Fundamentais de Segurança



A Conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice afirma que a proteção da infra-estrutura básica da nação é uma questão de segurança nacional "de fundamental importância". "É um paradoxo do nosso tempo: a mesma tecnologia que torna nossa economia tão dinâmica e nossas forças militares tão dominadoras também nos torna mais vulneráveis", afirma ela. Rice tomou posse em 22 de janeiro como assistente do presidente para Questões de Segurança Nacional. A seguir encontram-se trechos adaptados de recentes declarações públicas feitas por Rice que refletem seu ponto de vista sobre questões fundamentais de segurança internacional a serem enfrentadas pelo governo do presidente George W. Bush durante seu primeiro ano de governo.

PROTEÇÃO À INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

A proteção à infra-estrutura básica é uma questão de importância fundamental. Hoje, a cibereconomia é a economia... virtualmente todos os serviços vitais (fornecimento de água, transporte, energia, bancos e finanças, telecomunicações, saúde pública) dependem de computadores e das linhas de fibras óticas, comutadores e roteadores que os conectam. Basta danificar essas redes e a nação estará rompida. É um paradoxo do nosso tempo: a mesma tecnologia que torna nossa economia tão dinâmica e nossas forças armadas tão dominadoras também nos torna mais vulneráveis...

A proteção da nossa infra-estrutura básica é um problema clássico de segurança nacional. Queremos deter ações contrárias a nós através de prevenção. A estratégia militar que funcionou durante a Guerra Fria pode não funcionar agora.

Ao contrário da União Soviética, os adversários atuais podem não se encaixar nos modelos teóricos clássicos de disputa. Eles podem ser um grupo pequeno e bem organizado que nos ataca através de uma série de saltos (roteadores), que incluem países neutros, ou do próprio território norte-americano.

Também necessitamos lembrar que a mesma tecnologia que nos dá poder, dá poder aos adversários dos Estados Unidos. E o nosso próprio domínio na força militar

convencional pode fazer com que esses adversários voltem-se para campos de batalha não convencionais, como o ciberespaço.

Em resumo, simplesmente não está claro se podemos contar que a estratégia militar funcionará neste contexto. Isto significa que precisamos preparar-nos para cenários em que necessitemos restaurar e reconstituir operações básicas rapidamente após serem paralisadas. E... isso não é algo que o governo possa cuidar sozinho. Necessitamos trabalhar de mãos dadas com o setor privado.

— Observações na Reunião Anual da Parceria para a Infra-Estrutura Básica, 22 de março.

DEFESA COM MÍSSEIS

A defesa com mísseis é algo com que o presidente está absolutamente compromissado. Ele acredita que existe crescente reconhecimento em todo o mundo de que esta é uma ameaça real e que é uma ameaça do mundo atual, não uma ameaça da Guerra Fria. (O sistema de defesa com mísseis de que estamos falando é para (destina-se a proteger-nos contra ameaças de) Estados como o Irã e a Coreia do Norte, onde o regime de não-proliferação foi bastante desrespeitado, e em que existe proliferação de tecnologias de mísseis em locais que nos causam muita preocupação.

Acreditamos que, quando isto for apresentado de forma apropriada, após examinarmos atentamente nossas opções de defesa com mísseis, e quando ela for colocada no contexto de um novo ambiente estratégico em que as defesas necessitam desempenhar um papel para deter conflitos, teremos uma excelente causa para apresentar aos nossos aliados. Pretendemos levar esta causa aos nossos aliados e consultá-los, mas também haverá uma causa muito boa para outros que também podem estar preocupados.

O que acho que estamos ouvindo (dos russos) é uma confissão de que existe uma ameaça que poderá ser combatida pela defesa com mísseis. Acho que é um reconhecimento bem-vindo da condição em que nós e as demais nações responsáveis do mundo nos encontramos... Acho que aguardamos ansiosamente, em algum momento, em algum momento apropriado, discutir e conversar com os russos sobre como essa nova ameaça pode ser combatida.

Afirmarei o seguinte: voltamos à questão do comportamento de proliferação dos russos. Se, na verdade, a Rússia estiver engajada em atividades que estão auxiliando países a adquirir armas de destruição em massa ou tecnologia de mísseis contra as quais o escudo estará realmente funcionando, este não será um relacionamento de muita cooperação.

Desta forma, o comportamento de proliferação e o que podemos fazer de maneira cooperativa estão muito relacionados neste ponto e acho que é um tema que desejaremos apresentar para os russos. Em princípio, não somos contra a cooperação. Mas realmente temos um problema quanto ao comportamento de proliferação.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.

OS BÁLCÃS

O presidente Bush opõe-se a qualquer forma de data limite ou prazo (para a retirada das forças norte-americanas dos Bálcãs)... Ele entende e acredita completamente que temos compromissos a serem cumpridos com os nossos aliados, que tudo o que

fizemos para a reestruturação da nossa presença nos Bálcãs necessita ser feito no contexto de consultas aos aliados.

Acho que os aliados perceberão que este será um governo de muitas consultas, que eles não estarão sujeitos a surpresas... e isso é verdade ao falar sobre as tropas nos Bálcãs ou sobre a defesa com mísseis.

— Entrevista a Wolf Blitzer na "CNN's Late Edition", 4 de fevereiro.

RÚSSIA

A diplomacia norte-americana necessita concentrar-se na importante agenda de segurança com a Rússia.

Primeiramente, é necessário reconhecer que a segurança norte-americana é menos ameaçada pelas forças russas que pelas suas fraquezas e incoerência. Isso sugere atenção imediata à segurança das forças nucleares e aos estoques de armamentos de Moscou.

Em segundo lugar, Washington necessita começar uma discussão abrangente com Moscou sobre a ameaça nuclear em mutação. Muito vem sendo feito pelas autoridades militares russas sobre sua maior dependência de armas nucleares, em face da sua declinante prontidão convencional.

A estratégia militar russa é mais do que apropriada contra o arsenal nuclear norte-americano e vice-versa. Mas este fato não necessita mais ser louvado em um tratado que já data de trinta anos atrás e que é um resquício de um relacionamento de profundos adversários entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O Tratado Anti-Mísseis Balísticos destinou-se a evitar o desenvolvimento de defesas nacionais com mísseis no ambiente de segurança da Guerra Fria. Atualmente, as principais preocupações são as ameaças nucleares dos Iraques e Coréias do Norte do planeta e a possibilidade de liberações não autorizadas à medida que se proliferam as armas nucleares.

Na verdade, Moscou vive mais próximo dessas ameaças do que Washington. Deverá ser possível convocar os russos a uma discussão sobre o novo ambiente de

ameaças, suas possíveis respostas e o relacionamento entre as reduções das forças ofensivas estratégicas e o desenvolvimento de defesas.

Além disso, Moscou deverá entender que qualquer possibilidade de compartilhamento de tecnologia ou informações nessas áreas dependerá muito do seu histórico (que até o momento é problemático) da proliferação de mísseis balísticos e outras tecnologias relacionadas com armas de destruição em massa.

Será extremamente imprudente compartilhar defesas com Moscou se eles vazarem ou transferirem deliberadamente tecnologias de armas aos mesmos Estados contra os quais os Estados Unidos estão se defendendo.

Por fim, os Estados Unidos necessitam reconhecer que a Rússia é uma grande potência e que nós sempre teremos interesses em conflito e outros coincidentes.

Quando Primeiro Ministro, Vladimir Putin usou a guerra da Chechênia para incentivar o nacionalismo doméstico e alimentar seu próprio patrimônio político. As forças armadas russas têm sido inesperadamente áspers e insistentes ao declarar sua tarefa de defender a integridade da Federação Russa; um desenvolvimento desagradável nas relações entre civis e militares.

O efeito a longo prazo da guerra sobre a cultura política da Rússia não deve ser subestimado. Essa guerra afetou as relações entre a Rússia e seus vizinhos no Cáucaso, pois o Kremlin lançou muitos terroristas chechenos cúmplices e refugiados contra Estados que vão da Arábia Saudita à Geórgia e Azerbaijão.

A guerra é um lembrete da vulnerabilidade dos novos e pequenos Estados em torno da Rússia e do interesse norte-americano pela sua independência. Se pudermos tornar-se mais fortes, serão menos tentadores para a Rússia. Mas muito depende da capacidade desses Estados em reformar suas economias e sistemas políticos; um processo cujo sucesso, até o momento, é no máximo irregular.

— Editorial, "Chicago Tribune",
31 de dezembro de 2000
© 2000 Condoleezza Rice

A PROLIFERAÇÃO RUSSA

Estamos muito preocupados com o comportamento russo de proliferação em vista, por exemplo, do Irã... a Rússia é um parceiro e até um potencial aliado, (mas) no contexto de comportamento de proliferação, temos muito trabalho a fazer juntos. E esperaríamos, à medida que evolui o relacionamento deste governo com o governo russo de Putin, poder começar a cuidar melhor desses problemas de proliferação.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.

FORÇA DE DEFESA EUROPÉIA

Sempre afirmamos que é nosso objetivo assistir ao fortalecimento da capacidade européia de defesa, o que inclui, esperamos, maior comprometimento de recursos às forças armadas européias. Também afirmamos (que) ter a Europa fazendo mais pela sua própria defesa (e, portanto, fortalecer a OTAN) é algo de bom.

Nosso objetivo precisa ser (como aliados de longa data da OTAN) assegurar que este novo capítulo da segurança e defesa européia esteja, na verdade, fazendo crescer a OTAN, auxiliando a OTAN e não prejudicando-a de alguma forma. Mas tenho a confiança de que, com a boa vontade de todos os lados e com um plano de implementação que funcione, podemos chegar a este objetivo.

Acho que todos temos um objetivo comum aqui, que é o de ver uma Europa forte e segura, reconhecer que muito aconteceu desde o final da Guerra Fria (existem novos membros da OTAN, a OTAN está tentando fazer outras coisas). Mas obviamente ainda acreditamos que a OTAN é o principal instrumento de segurança na Europa, da mesma forma que nossos aliados europeus.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.

IRAQUE

O objetivo da política (norte-americana) agora precisa ser reiniciar a iniciativa a respeito de Saddam Hussein; examinar duramente o que estamos fazendo, para assegurar que ele não disponha de armas de destruição em massa, que ele não ameace seus vizinhos; para assegurar que ele cumpra com as obrigações assumidas após o final da Guerra do Golfo. E estamos examinando por completo a tática para buscar estes objetivos muito importantes (quero enfatizar que estes objetivos não se modificaram desde 1991) e os diversos meios utilizados para buscar estes propósitos, com esforços para tentar retomar a iniciativa e assegurar que o que estamos fazendo está funcionando.

Existe em vigor um regime de sanções. Acreditamos completamente que é um regime que agora apresenta alguns problemas. Não há dúvida sobre isso. Mas o propósito da revisão é precisamente como redirecioná-lo e assegurar que o regime esteja servindo aos nossos propósitos.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.

CHINA/IRAQUE

O que dissemos aos chineses é que temos preocupações sobre as atividades chinesas no Iraque. Dissemos a eles que nos preocupamos com possíveis violações do regime de sanções e solicitamos que nos forneçam maiores informações, examinando o que está acontecendo ali.

Certamente esperamos que os chineses possam auxiliá-nos a esclarecer o que está se passando. Quero deixar claro que, no momento, não estamos acusando os chineses de nada. Mas estamos dizendo a eles que temos enormes preocupações sobre o que está acontecendo ali, pois a China é um membro dos Cinco Permanentes (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU), possui diferentes responsabilidades especiais para assegurar que o regime de sanções seja cumprido e realmente apreciaríamos receber uma resposta às perguntas que fizemos.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.

CORÉIA DO NORTE

A Coréia do Norte é um regime a ser cuidadosamente observado... Afirmamos que tudo o que fizermos com a Coréia do Norte será coordenado de perto com os nossos aliados na região, Coréia do Sul e Japão.

Afirmamos que estamos muito preocupados com a proliferação da tecnologia de mísseis que está saindo da Coréia do Norte e sobre o programa interno norte-coreano... Estamos analisando nossa política com a Coréia do Norte.

— Apresentação na Casa Branca,
22 de fevereiro.



COMO ESTABELECEER A AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Senador Jesse Helms



Os republicanos, que agora controlam a Casa Branca e as duas casas do Legislativo, possuem oportunidade sem precedentes para estabelecer um novo curso para as questões externas, afirma o senador Jesse Helms. Ele observa um conjunto de prioridades de política externa, encabeçado pelos esforços de promoção da liberdade e da democracia em todo o mundo, reduzindo, ao mesmo tempo, o tamanho da "inchada burocracia de ajuda externa dos Estados Unidos". Helms é o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Seus comentários foram extraídos de uma palestra feita no dia 11 de janeiro para o Instituto Empresarial Norte-Americano.

Não podemos, nem devemos ignorar o fato de que algo mudou em Washington. Pela primeira vez em cinco décadas, os republicanos controlam a Casa Branca, o Senado e a Câmara dos Deputados. Isto significa que os republicanos podem ter a oportunidade sem precedentes de estabelecer a agenda política, especialmente no campo das questões externas. Precisamos aproveitar esta oportunidade e iremos fazê-lo.

Uma das principais prioridades da Comissão de Relações Exteriores do Senado este ano será a de ajudar o presidente Bush na implementação da sua visão de "conservadorismo compassivo". Durante a campanha de outono, o presidente descreveu uma filosofia de concessão de poder às instituições religiosas e de caridade privadas para auxiliar os norte-americanos mais necessitados. Ele prosseguiu com esta promessa: "Sempre que meu governo constatar uma responsabilidade de auxiliar as pessoas, buscaremos em primeiro lugar as instituições religiosas e os grupos comunitários e de caridade que já tenham demonstrado sua capacidade de salvar e mudar vidas... reuniremos os exércitos da compaixão em nossas comunidades para lutar em uma guerra muito diferente contra a pobreza e a desesperança".

Coloco a questão para vocês: se pudermos desenvolver esses "exércitos da compaixão" por todo o território norte-americano, poderemos e deveremos desenvolvê-los em todo o mundo. Chegou o momento de rejeitar o que o presidente Bush denomina corretamente a

"compaixão fracassada de burocracias distantes e elevadas" e, em seu lugar, dar poder a grupos privados e religiosos que possam cuidar melhor dos necessitados.

Pretendo trabalhar com o governo Bush para substituir a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) por uma nova Fundação de Desenvolvimento Internacional, cuja missão será a de fornecer "doações em bloco" para apoiar o trabalho de agências de caridade privadas e instituições religiosas, tais como a Bolsa dos Samaritanos, os Serviços Católicos de Caridade e incontáveis similares.

Reduziremos o tamanho da burocracia inchada de ajuda externa dos Estados Unidos, tomaremos o dinheiro economizado e gastaremos cada centavo para dar poder a esses "exércitos da compaixão", para que auxiliem os mais necessitados do mundo.

Enquanto trabalhamos para aprimorar as formas como os Estados Unidos auxiliam os necessitados materiais, também precisamos prestar atenção a uma outra necessidade: a necessidade de liberdade humana. Pois uma política externa que não tem a liberdade como ponto central não é compassiva nem conservadora.

Os anos 1990 foram uma década de enormes avanços democráticos. Nos primeiros anos daquela década, presenciamos o colapso do comunismo na Europa Central e Oriental; e, no último ano da década, observamos a transferência pacífica de poder de partidos há muito tempo no governo para oposições

democráticas em Taiwan e no México, bem como a queda de líderes autoritários em locais como a Iugoslávia e o Peru.

Apesar deste progresso, o movimento global rumo ao estado de direito, à democracia, sociedade civil e mercados livres ainda encontra resistência em muitas partes. Nosso desafio, no início deste novo milênio e no começo deste novo governo, deve ser o de consolidar os avanços democráticos dos últimos dez anos, aumentando a pressão sobre aqueles que ainda se recusam a aceitar o princípio de que a legitimidade da soberania vem do consenso dos governados.

Um bom lugar para começar é o nosso próprio hemisfério, especificamente logo abaixo da nossa própria fronteira. Farei tudo o que puder para auxiliar o presidente Fox e o presidente Bush a estabelecerem novo curso para as relações entre o México e os Estados Unidos e aguardo ansiosamente poder colaborar com o governo Bush para colocar nossas relações com o novo governo mexicano em bom caminho.

E, embora a democracia tenha finalmente fincado raízes além da fronteira com o México, a apenas 145 km do nosso litoral, ainda esbraveja a última ditadura totalitária do hemisfério. O governo Clinton nunca fez da remoção de Castro do poder um objetivo da sua política externa. Os oponentes ao embargo raciocinaram corretamente que as autoridades do governo Clinton nunca realmente se comprometeram com o isolamento e a remoção de Castro, com o governo nada fazendo para dissuadi-los dessa opinião. Com a eleição de Bush, os oponentes ao embargo cubano estão a ponto de construir uma parede de tijolos no outro extremo da Avenida Pensilvânia. O presidente Bush apóia o embargo de forma compromissada. Isso significa que, com o embargo finalmente fora de discussão, o novo governo Bush tem uma oportunidade de ouro para desenvolver uma nova política para Cuba.

O modelo dessa nova política para Cuba deverá ser a política vitoriosa utilizada pelo governo Reagan/Bush nos anos 1980 para minar o comunismo na Polônia. Nos anos 1980, os Estados Unidos apressaram a transformação democrática da Polônia ao isolar o regime comunista em Varsóvia, levantando ativamente ao mesmo tempo o isolamento do povo polonês;

apoiando a oposição democrática e cultivando uma sociedade civil emergente com apoio financeiro e outros.

Pretendo trabalhar com o governo Bush para fazer pelo povo de Cuba o que os Estados Unidos fizeram pelo povo da Polônia vinte anos atrás. E farei hoje uma previsão: antes do término do seu mandato, o presidente Bush visitará Havana, para comparecer à posse do novo presidente democraticamente eleito de Cuba.

Outro local onde a democracia necessita desesperadamente de apoio renovado dos Estados Unidos é Taiwan. Com a eleição do presidente Chen no ano passado, o povo de Taiwan presidiu a primeira transferência pacífica de poder de um partido governante para a sua oposição democrática em cinco mil anos de história chinesa. Esta foi uma vitória inacreditável. Ainda assim, o presidente Clinton desapontou repetidamente nossos amigos de Taiwan, primeiramente ao ir à China e repetir as construções fictícias de Pequim sobre o futuro de Taiwan; e em seguida, ao recusar-se a atender às obrigações legais norte-americanas de fornecer auto-defesa a Taiwan, com base na Lei das Relações com Taiwan. Esses danos necessitam ser desfeitos.

Sim, precisamos engajar a China. Mas também necessitamos fazer com que Pequim compreenda que suas avenidas para o comportamento destrutivo estão fechadas e que Taiwan terá os meios de defender-se. Durante a campanha, o presidente Bush endossou entusiasticamente a Lei do Aprimoramento da Segurança de Taiwan. E pretendo trabalhar com ele para colocá-lo em prática e assegurar que a democracia de Taiwan permaneça a salvo de agressões chinesas.

Outro local onde as agressões estão sendo recompensadas devido à negligência do governo Clinton é o Iraque. Necessitamos ter nova política para o Iraque e essa política necessita basear-se no claro entendimento deste fato importante: nada irá mudar no Iraque até que Saddam Hussein seja retirado do poder. Com a aprovação bicameral da Lei da Libertação Iraquiana, o Congresso tomou a liderança na promoção da oposição democrática a Saddam Hussein (o governo Clinton não implementou a lei). Aguardo ansiosamente para poder trabalhar com o presidente Bush na

implementação efetiva da Lei da Libertação Iraquiana, para ajudar o povo do Iraque a livrar-se de Saddam Hussein.

Talvez o maior desafio moral que enfrentamos no nascer do novo século seja o de corrigir os erros perpetrados no último século em Yalta, quando o Ocidente abandonou as nações da Europa Central e Oriental em favor de Stalin e uma vida de servidão atrás da Cortina de Ferro.

Iniciamos o processo de correção daquele erro em 1998, quando o Senado votou pela admissão da Polônia, Hungria e República Checa na aliança da OTAN. Mas a admissão da Polônia, Hungria e República Checa não apagou ainda totalmente as cicatrizes de Yalta. Durante a Guerra Fria, fui um dentre um grupo de senadores que lutou para defender a independência do que viria a chamar-se as "Nações Cativas" (as Repúblicas Bálticas da Lituânia, Letônia e Estônia) e que trabalhou para assegurar que os Estados Unidos nunca reconhecessem sua anexação ilegal pela União Soviética.

Com o colapso do comunismo, essas nações finalmente atingiram sua independência de direito da ocupação e dominação russa. Ainda assim, a Rússia ainda se aproxima de modo ameaçador desses países. Pretendo trabalhar com o governo Bush para assegurar que as Repúblicas Bálticas sejam convidadas a unir-se aos seus vizinhos Polônia, Hungria e República Checa como membros da aliança da OTAN. Isso é vital não apenas para a sua segurança, mas também para a nossa. Se quisermos boas relações com a Rússia, necessitamos demonstrar aos líderes da Rússia um caminho aberto para as boas relações, ao mesmo tempo em que fechamos suas avenidas para o comportamento destrutivo. Isso significa tomar o próximo passo no processo de expansão da OTAN, enviando convites às repúblicas bálticas quando os líderes da OTAN se reunirem para a próxima cúpula da Aliança, programada para 2002.

Outra prioridade imediata é a Defesa Nacional com Mísseis. Após oito anos desperdiçados pelo presidente Clinton, não temos tempo a perder na construção e desenvolvimento de uma defesa verdadeiramente nacional com mísseis que seja capaz de proteger os

Estados Unidos e seus aliados de ataques com mísseis balísticos.

No ano passado, quando o presidente Clinton ameaçou negociar um Tratado ABM revisado com a Rússia que amarraria as mãos do novo governo, fui ao palanque do Senado e adverti o Sr. Clinton de que qualquer acordo desse tipo não teria nenhuma chance de aprovação pelo Senado dos Estados Unidos.

Quero deixar um ponto perfeitamente claro para os nossos amigos na Rússia. Os Estados Unidos não estão mais restritos pelo Tratado ABM; aquele tratado expirou quando nosso parceiro no tratado (a União Soviética) deixou de existir. Legalmente falando, o governo Bush não enfrenta nenhum impedimento para proceder com qualquer sistema de defesa nacional com mísseis que possa escolher para desenvolvimento.

O presidente Bush pode decidir que é parte dos interesses diplomáticos dos Estados Unidos sentar-se com os russos e discutir seus planos para a defesa com mísseis. Pessoalmente, não acho que possa ser negociado com a Rússia um novo Tratado ABM que permita o tipo de defesa de que os Estados Unidos necessitam. Mas como disse Henry Kissinger à Comissão de Relações Exteriores no ano passado: "Eu estaria aberto para discussões, desde que não usemos o tratado como restrição sobre o avanço do desenvolvimento mais eficaz de uma defesa com mísseis nacionais e de campo".

Concordo com essa advertência do dr. Kissinger; o presidente Bush deve ter, e terá, a liberdade de proceder da forma como achar adequado. E aguardo ansiosamente para trabalhar com o presidente, a fim de assegurar que ele atinja seu objetivo de desenvolvimento rápido de uma defesa com mísseis eficaz e verdadeiramente nacional. Por fim, e não menos importante, existe a questão do Tribunal Criminal Internacional.

Quero ser perfeitamente claro: Todas as questões que discuti são de imensa importância. Mas se não fizer mais nada este ano, assegurarei que a decisão ultrajante e inescrupulosa do presidente Clinton, de assinar o Tratado de Roma estabelecendo o Tribunal Criminal Internacional seja revertida e repelida.

O Tribunal reivindica o poder de indiciar, julgar e prender cidadãos norte-americanos, mesmo que o povo norte-americano recuse-se a unir-se ao Tribunal. Essa agressão descarada à soberania do povo norte-americano não tem precedentes nos anais da legislação de tratados internacionais.

Existem dois pontos que pressionarei com o novo governo. Em primeiro lugar, o governo Bush deve simplesmente retirar sua assinatura no Estatuto de Roma. Em segundo lugar, necessitamos colocar em vigor a Lei da Proteção aos Membros do Serviço Norte-Americano. Essa legislação, que o senador (John) Warner e eu introduzimos no ano passado, junto com

diversos de nossos colegas do Senado e da Câmara, destina-se a proteger os cidadãos norte-americanos da jurisdição do Tribunal Criminal Internacional.

Por que a aprovação dessa legislação é importante? Porque, ao assinar esse tratado falho, o presidente Clinton efetivamente endossou a reivindicação fraudulenta do TCI, de jurisdição sobre os norte-americanos. Necessitamos adotar ações para esclarecer que, a menos que os Estados Unidos ratifiquem o Tratado de Roma, rejeitamos todas as reivindicações de jurisdição do TCI sobre os cidadãos norte-americanos. ●

A NECESSIDADE DO BIPARTIDARISMO NA POLÍTICA EXTERNA

Senador Joseph Biden



O público norte-americano possui sentimento geral internacionalista, mas o presidente Bush enfrenta um desafio real ao traduzir esse sentimento em uma política externa verdadeiramente bipartidária, afirma o senador Joseph Biden. O senador considera esse bipartidarismo "não apenas possível, mas necessário para fazer avançar nossos interesses nacionais". Biden, democrata sênior da Comissão de Relações Exteriores do Senado, trabalhou como presidente da Comissão Judiciária do Senado entre 1987 e 1995.

As primeiras impressões são importantes em todos os passos da vida, incluindo a política e o governo. Apesar do atraso na transição, o presidente Bush teve um começo rápido. Na área de segurança nacional, ele estabeleceu uma competente equipe de conselheiros. Mas ele possui muito menos experiência em política externa que em política doméstica. Ele necessita aprender rápido, pois os desafios de política externa certamente o confrontarão em breve.

O presidente Bush tomou posse em um momento em que os Estados Unidos possuem poder econômico, militar e político sem igual. Com poder, entretanto, vem a responsabilidade; responsabilidade de proteger e promover vigorosamente os interesses nacionais dos Estados Unidos, responsabilidade de permanecer ao lado dos aliados e responsabilidade de contribuir com a nossa parcela razoável para a estabilidade e segurança global. Felizmente, a maior parte dos norte-americanos compreende que os Estados Unidos têm o dever de liderar o mundo.

Um desafio fundamental enfrentado pelo presidente é se ele pode converter esse sentimento geral internacionalista em uma política externa que possua apoio bipartidário. Meio século atrás, o senador Arthur Vandenberg afirmou que a "política pára na superfície da água". Isso ocorre em épocas de crises reais mas, na verdade, os debates de política externa raramente são imunes à política partidária. Mesmo durante a Guerra Fria, quando um consenso favoreceu as restrições ao comunismo soviético, muitas vezes houve forte discórdia sobre os meios para este fim, tais como apoiar

um movimento específico de guerrilha no exterior ou financiar um sistema de armas domésticas específico.

O debate é essencial para a nossa democracia. Mas permaneço com a esperança de que possamos evitar lutas partidárias divisórias. Atingir o bipartidarismo sobre os itens fundamentais a seguir não é apenas possível, mas necessário para fazer avançar nossos interesses nacionais:

NOVA ESTRATÉGIA DE RESTRIÇÃO

A principal ameaça à segurança dos Estados Unidos é o perigo imposto pelas armas de destruição em massa. Necessitamos estabelecer nova estratégia de restrição, concentrada no perigo de que as armas nucleares, químicas e biológicas, bem como os mísseis que as lançam, possam ser utilizadas por terroristas ou por Estados nocivos.

Esta ameaça exige uma resposta com múltiplas iniciativas. Ao longo da última década, através dos tratados de controle de armas nucleares, da cooperação internacional sobre o combate à proliferação e de programas como o "Nunn-Lugar" (que ajuda a assegurar e desmantelar o antigo arsenal soviético), reduzimos o risco de proliferação. Ainda há muito mais a ser feito; necessitamos de assistência adicional para evitar que a tecnologia e o conhecimento caiam nas mãos erradas e necessitamos manter consenso internacional para proteger-nos contra a proliferação. Esses esforços não são baratos; uma recente força-tarefa categorizada exigiu que gastássemos cerca de 30 bilhões

de dólares na próxima década em programas para adquirir "armas nucleares soltas" na Rússia e evitar que cientistas russos vendam seus conhecimentos a Estados nocivos.

O teste fundamental para o bipartidarismo reverte-nos à nossa doutrina nuclear. Na maior parte da Guerra Fria, houve concordância sobre a política nuclear dos Estados Unidos, que corria em duas pistas paralelas e mutuamente reforçadoras. Na esfera das superpotências, procurávamos deter a ameaça soviética, buscando reduções mútuas que reduzissem os períodos da conflagração global. Multilateralmente, através do Tratado de Não Proliferação Nuclear e de um conjunto comum de controles de exportação, buscávamos limitar o tamanho do clube nuclear. Atualmente, o consenso que apóia essas políticas entrou em colapso. A maior parte dos republicanos questiona a utilidade do controle de armas nucleares e apóia o rápido desenvolvimento da defesa nacional com mísseis. A maior parte dos democratas, ao contrário, apóia o controle de armas e não acredita na necessidade imediata de desenvolver a defesa com mísseis.

Não está claro se pode ser encontrado um campo intermediário. Naturalmente, necessitamos financiar totalmente programas de pesquisa e desenvolvimento. Mas o presidente deverá resistir às pressões para tomar uma decisão prematura sobre o desenvolvimento da defesa com mísseis. Se olhar de perto, ele verá que o sistema atual proposto pelo Pentágono é falho demais para proteger adequadamente os Estados Unidos e provavelmente provocará reação das potências estrangeiras, o que nos deixará menos, e não mais seguros.

O presidente necessita preparar o mundo para a defesa com mísseis, e não afirmar, essencialmente, "construa-a e eles surgirão". Se a defesa com mísseis for finalmente necessária, nosso objetivo deverá ser um sistema que a Rússia possa aceitar através de emendas ao Tratado Anti-Mísseis Balísticos, que a China não considere ameaçador à sua capacidade nuclear estratégica e que seja apoiado pelos nossos aliados na Europa e na Ásia.

O presidente deverá também concentrar-se na próxima revisão da nossa estratégia nuclear, a primeira em seis anos. Ele deve responder de forma responsável à proposta russa de redução das ogivas estratégicas

desenvolvidas de cada país para 1.500 ou menos. Simultaneamente, o presidente deverá prontamente analisar as recomendações enviadas pelo chefe do Estado Maior Conjunto Shalikashvili sobre como desenvolver o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares (CTBT), que proporciona um instrumento fundamental para estancar a capacidade de construção de armas nucleares avançadas de outros países, mantendo nosso próprio arsenal intacto.

COMO ESTABELECEER FORÇAS ARMADAS CORRETAS

Uma responsabilidade fundamental do comandante-chefe é decidir sobre as funções e missões apropriadas das forças armadas. O presidente Bush necessita organizar e equipar as forças armadas para utilizar-se das tecnologias de ponta, a fim de atender aos novos desafios de segurança pós-Guerra Fria.

A escolha à nossa frente não é de atender nossos compromissos de manutenção da paz ou manter nossa prontidão militar. Podemos fazer as duas coisas. A promoção da paz e estabilidade regional (que inclui o envio de forças norte-americanas de manutenção da paz) é uma das melhores formas de assegurar que nossa capacidade de lutar e vencer em uma guerra importante não seja testada. A chave da manutenção da melhor força militar do mundo será rigorosamente priorizar onde os recursos serão alocados.

COMO MANTER OS COMPROMISSOS DE SEGURANÇA NA EUROPA E NA ÁSIA

Os Estados Unidos são uma potência na Europa e na Ásia e são uma força de estabilidade em ambos os continentes. Os compromissos fundamentais de segurança proporcionarão testes iniciais para a nova equipe de política externa.

Na Europa, necessitamos evitar a etapa precipitada de retirada unilateral das tropas terrestres norte-americanas da Bósnia ou do Kosovo, o que faria com que nossos aliados europeus questionassem nosso compromisso com a OTAN. Os Bálcãs estão lentamente abandonando as tendências destrutivas do passado e caminhando para um futuro mais democrático. Com o trabalho apenas parcialmente terminado, ainda não é o momento de considerar a retirada das tropas. Nem a

diplomacia norte-americana representa uma carga indevida. Por cinco décadas, tivemos centenas de milhares de soldados na Europa. Podemos certamente utilizar alguns milhares de soldados para a segurança dos Balcãs, de forma a permanecer com nossos parceiros europeus, que compõem três quartos das forças de manutenção da paz na Bósnia e no Kosovo. Por fim, a OTAN necessita expandir a zona de estabilidade na Europa, prosseguindo com o processo de admissão de novos membros e oferecendo, nos próximos anos, condição de membro a qualquer país que atenda às rigorosas qualificações da Aliança.

Na Ásia, os esforços diplomáticos criativos dos Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão para expulsar a Coreia do Norte da sua concha estão lentamente apresentando resultados; a promessa de menor ameaça à segurança na Ásia e de menor ameaça de proliferação de mísseis em outras partes exige que o novo governo esteja preparado para engajar-se prontamente ali. Resultados vitoriosos das conversações com a Coreia do Norte sobre o seu programa de mísseis (a principal ameaça sobre a qual prevê-se a defesa nacional com mísseis dos Estados Unidos) daria ao presidente mais tempo para considerar a decisão sobre a defesa com mísseis. Em toda a região, os desenvolvimentos militares e a ativa diplomacia dos Estados Unidos são fundamentais para a estabilidade regional. Não existe análogo asiático para a OTAN, logo devemos confiar em alianças bilaterais à medida que fortalecemos as nascentes estruturas de segurança da região.

O ENGAJAMENTO COM A RÚSSIA E A CHINA

Desde a Guerra Fria, a diplomacia norte-americana esforçou-se para encontrar a abordagem certa em relação à Rússia e à China. Podemos ser uma superpotência, mas não temos a capacidade de controlar eventos naqueles países, embora possamos ajudar a moldá-los. Provavelmente nenhuma dessas

nações será um parceiro verdadeiro em breve, mas nenhuma delas necessita ser um adversário. Em uma era de globalização, "restrições" não são uma opção. Precisamos engajá-los, mas sob quais condições?

Com os dois países, nossa mensagem deverá ser clara e consistente: esperaremos que vocês ajam de forma responsável no cenário internacional; trabalharemos com vocês para fazer avançar interesses comuns; apoiaremos o avanço dos valores democráticos; e nos oporemos vigorosamente ao comportamento de proliferação que ameaça a segurança nacional. Em tudo o que fizermos, necessitamos tentar evitar sérias disputas partidárias; nosso relacionamento com a Rússia e a China é simplesmente muito importante.

FINANCIAMENTO APROPRIADO PARA A DIPLOMACIA

Para buscar uma agenda internacional ativa e manter a paz, necessitamos de forças militares e corpos diplomáticos bem equipados. De fato, a melhor forma de evitar a sobreutilização de nossas forças armadas é apoiar adequadamente nossos corpos diplomáticos e nossas capacidades de inteligência. Aumentos modestos nos últimos anos não compensaram os profundos cortes do início da década. Gastamos apenas um por cento do nosso orçamento nacional em assuntos externos; podemos investir mais, mas o presidente e o secretário Powell necessitam defender esses investimentos junto ao Congresso e ao povo norte-americano.

A agenda da política externa, naturalmente, é maior que esta pequena relação. Mas o tom a ser estabelecido pelo presidente Bush sobre estes assuntos nos próximos meses será importante para determinar o teor do debate de política externa para os próximos quatro anos. O povo norte-americano está assistindo para verificar se a famosa máxima do senador Vandenberg pode tornar-se mais que um slogan. ●

OS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA ENFRENTADOS PELO GOVERNO BUSH

Robert J. Lieber

Professor de Governo e Assuntos Externos, Universidade de Georgetown



"Parece que pelo menos quatro amplos desafios irão provavelmente liderar a agenda da política externa enfrentada pelo governo Bush", afirma Robert J. Lieber, professor de Governo e Assuntos Externos da Universidade de Georgetown. O primeiro deles, segundo ele, "refere-se às relações com os aliados dos Estados Unidos, especialmente os europeus e os japoneses". Também são de fundamental importância as relações com a Rússia, os "problemas e escolhas ímpares" impostos pela China e Oriente Médio, que "representam talvez o mais perigoso desafio isolado da política externa enfrentado pelos Estados Unidos". Lieber é o editor e autor colaborador de "Eagle Rules? Foreign Policy and American Primacy in the 21st Century" (Normas da Águia? A Política Externa e a Primazia Norte-Americana no Século XXI), a ser publicado no verão de 2001 pela Prentice-Hall.

Quando um presidente norte-americano toma posse, ele traz consigo uma equipe inteiramente nova de autoridades da política externa. Ao contrário da maior parte das demais democracias, nos Estados Unidos as mudanças de pessoal são muito mais extensas e incluem não apenas os principais elaboradores de políticas (tais como o secretário de Estado, o secretário da Defesa e o conselheiro de Segurança Nacional), mas um sem-número de nomeados de segundo escalão e até vários funcionários nessas e em outras agências do governo. A característica e o tom da política muda, portanto, de forma a refletir as opiniões e idéias do presidente e dos que o rodeiam, embora também seja essencial ter em mente que o papel dos Estados Unidos no mundo e os tipos de problemas e oportunidades por eles enfrentados também ditam boa parcela de continuidade.

Embora o presidente George W. Bush não detenha extensos conhecimentos de política externa, ele se rodeou de uma equipe incommonmente experiente e vitoriosa. O secretário de Estado Colin Powell trabalhou anteriormente como chefe do Estado Maior Conjunto e conselheiro de Segurança Nacional. O secretário da Defesa Donald Rumsfeld retorna ao cargo que havia ocupado anteriormente. Além disso, ele já havia chefiado uma comissão que analisou a vulnerabilidade dos Estados Unidos aos ataques com mísseis e recomendou um programa de defesa com mísseis. A conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice trabalhou no Conselho de Segurança

Nacional (NSC), lidando com questões européias durante o final da Guerra Fria. E o vice-presidente Dick Cheney não só foi secretário da Defesa no anterior governo Bush, mas também trabalhou como chefe de Equipes da Casa Branca com o presidente Gerald Ford. Além disso, as autoridades de segundo escalão no Estado, Defesa e NSC (Richard Armitage, Paul Wolfowitz e Stephen Hadley) também trazem expressivas credenciais e vasta experiência na política externa e de defesa, da mesma forma que Robert Zoellick no seu cargo de representante especial de Comércio. A experiência e os conhecimentos serão importantes à medida que o governo Bush enfrentar os principais desafios internacionais que agora se apresentam aos Estados Unidos.

As questões específicas de política externa e de segurança necessitam ser examinadas com relação ao cenário do papel dos Estados Unidos no mundo, no início do século XXI. O final da Guerra Fria, há uma década, teve enorme impacto sobre a política mundial e as conseqüências desta mudança ainda repercutem. Como resultado, três amplas tendências moldam o papel dos Estados Unidos e o contexto em que o governo Bush atende aos desafios da política externa. Em primeiro lugar, os Estados Unidos encontram-se em posição privilegiada como o país individual mais potente e influente do mundo. Essa posição, ou primazia, excepcional é conseqüência do colapso da União Soviética e do fato de que nenhum outro país ou grupo específico de países tem a capacidade de

competir eficientemente com os Estados Unidos. Não apenas os Estados Unidos possuem grau único de poderio militar e avanços tecnológicos, mas o papel norte-americano de liderança também é evidente em ampla gama de setores: poderio econômico, competitividade, tecnologia da informação e até o domínio do entretenimento e da cultura de massa. Essa posição cria tanto oportunidades como problemas para os Estados Unidos.

Em segundo lugar, a liderança, ou pelo menos o envolvimento ativo norte-americano, é um requisito prévio para muitos tipos de colaboração internacional. Este ponto é especialmente relevante no campo da segurança e tornou-se evidente tanto em ocasiões quando os Estados Unidos agiram (como no Kosovo em 1999, na Bósnia a partir de 1995 e no Golfo), como quando recusou-se a liderar (na Bósnia entre 1992 e 1995, em Ruanda em 1994 e, inicialmente, no Timor Leste). Em muitos casos, o resultado da não tomada do papel de liderança pelos Estados Unidos não é a liderança por outro país ou organismo regional internacional, mas a inexistência de ações. Isso também representa um problema para os Estados Unidos, por necessitar equilibrar-se entre o compromisso excessivo de tornar-se a polícia do mundo, por um lado, e a recusa, por outro lado, em proporcionar a liderança que é do seu próprio interesse e que promove um ambiente internacional benigno e mais estável.

Em terceiro lugar, o final da Guerra Fria tornou mais difícil para os Estados Unidos alcançar cooperação com seus aliados e amigos. No passado, um sentido de ameaça comum estimulava a cooperação e agia como restrição sobre as inevitáveis diferenças e disputas que surgiam entre os aliados. Com essa ameaça ausente, os países detêm maior tentação de buscar seus interesses mais estreitos, mesmo que possam criar obstáculos à colaboração para enfrentar problemas comuns. Esta menor sensação de ameaça também torna mais difícil para o governo norte-americano obter apoio doméstico para uma política externa efetiva. Sem o desafio representado pela União Soviética, tende a existir redução do interesse pela política externa por parte do público norte-americano e menor prioridade para assuntos externos e para o fornecimento dos recursos essenciais para sustentar o papel dos Estados Unidos no mundo. Não é uma questão de isolacionismo. O público, a imprensa e o Congresso permanecem

internacionalistas e não isolacionistas, mas os problemas da política externa tendem a não apresentar o mesmo grau de urgência, como durante a Guerra Fria.

Dadas essas considerações mais amplas, parece que pelo menos quatro amplos desafios provavelmente liderarão a agenda de política externa enfrentada pelo governo Bush. A primeira dessas preocupações refere-se às relações com os aliados norte-americanos, especialmente os europeus e japoneses. No caso dos europeus, surgiu uma série de recentes controvérsias sobre a defesa com mísseis, a força rápida de reação planejada pela União Européia, disputas comerciais, alimentos geneticamente modificados e questões simbólicas, como a pena de morte e o controle de armas. Por detrás de muitas dessas diferenças, encontra-se a reação européia ao tamanho e poder dos Estados Unidos, bem como a percepção de que, às vezes, os Estados Unidos atuam unilateralmente sem consideração suficiente pelas sensibilidades européias. Do lado norte-americano, existe a preocupação sobre a divisão dos encargos, a ansiedade de que os europeus possam ser tentados a prosseguir sozinhos à medida que a União Européia desenvolve maior homogeneidade na política externa e econômica, e a frustração com as dificuldades para consultar e negociar com os quinze países da União Européia, que freqüentemente discordam severamente entre si, ou tornam-se rígidos em sua interação com os Estados Unidos ao modelarem uma política comum para eles próprios. Apesar desses atritos muito reais, os europeus continuam a depender dos Estados Unidos no campo da segurança e compartilhamos valores e interesses econômicos fundamentais. O governo Bush necessitará dedicar tempo e energia consideráveis para consultar os líderes europeus e tentar acalmar algumas (não todas) das suas preocupações. A perspectiva geral é de atrito contínuo, mas sem divórcio transatlântico.

Em segundo lugar, as relações com a Rússia apresentam-se como desafio fundamental. Uma década após o final da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, existem menos ilusões sobre a transição russa. A Rússia continua a experimentar profunda crise econômica, social e demográfica, o que deixa claro que a construção de uma economia de mercado e um sistema político genuinamente democrático será, na melhor das hipóteses, uma tarefa longa e árdua. Por outro lado, a Rússia não é mais uma ameaça global aos

interesses e valores norte-americanos. Entretanto, Moscou tende a buscar políticas que o governo Bush sem dúvida procurará desencorajar. Estas incluem seus esforços para restabelecer o controle sobre alguns Estados da antiga União Soviética (especialmente a Ucrânia, Azerbaijão, Geórgia e Armênia). Além disso, Moscou não apenas vem se opondo aos esforços norte-americanos e britânicos para manter as sanções das Nações Unidas contra o Iraque, mas também está oferecendo aberturas para o regime nocivo de Saddam Hussein. No Irã, os russos forneceram tecnologia nuclear que poderá permitir que o regime de Teerã consiga uma bomba de fabricação própria. Sobre a defesa com mísseis, os russos estão se opondo ativamente aos esforços norte-americanos, apesar de serem dirigidos a estados nocivos como a Coreia do Norte. De forma geral, o governo Putin está seguindo uma política de oposição à influência norte-americana. Sob essas circunstâncias, a tarefa do governo Bush será de fazer ver aos russos que essas políticas são um sério obstáculo às melhores relações e que sua continuidade reduz as oportunidades russas de obtenção do tipo de acesso ao capital ocidental e à tecnologia que são necessários para seus próprios e opressores problemas internos.

Em terceiro lugar, a China apresenta problemas e escolhas exclusivas. Os governos anteriores lutaram pelo equilíbrio entre engajar Pequim a promover o desenvolvimento e a modernização econômica que poderá tornar a China uma sociedade mais aberta e pluralista, ou enfrentar o regime para que não ameace Taiwan, não forneça tecnologia nuclear e de mísseis a possíveis proliferadores e não ameace os interesses norte-americanos de forma mais ampla. Esta não é uma tarefa fácil. Uma China economicamente dinâmica optou por aumentar os gastos militares em mais de 17% em um processo contínuo de modernização e fortalecimento das suas forças armadas e a China continua a desenvolver mísseis balísticos intercontinentais dirigidos aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que critica amargamente as propostas de Bush para a defesa com mísseis. Em ainda outra questão, relatou-se que empresas chinesas estão instalando cabos de comunicações por fibra ótica que aumentariam a capacidade anti-aérea do Iraque contra as forças aéreas norte-americanas e britânicas que patrulham as zonas de vôos proibidos. Como orquestrar

uma mescla de incentivos e desincentivos para moldar o comportamento da China será, portanto, um teste crucial para o novo governo Bush. Ao mesmo tempo, ele necessitará reassurar ao Japão e à Coreia do Sul que suas políticas podem ser eficazes, evitando ao mesmo tempo reações excessivas e entrenchamento.

Em quarto lugar, o Oriente Médio, incluindo tanto o conflito árabe-israelense como o Golfo Pérsico, representa talvez o mais perigoso desafio isolado da política externa para os Estados Unidos. O problema do Iraque é particularmente irritante, pois o desacato de Saddam Hussein às inspeções de armas da ONU bem como o enfraquecimento das sanções contra seu brutal regime estão entre as primeiras questões para a equipe de política externa de Bush. Uma escolha inicial será pela implementação ou não de uma política mais ambiciosa para a expulsão de Saddam. Diversos elaboradores de política externa do governo Bush, que incluem o secretário da Defesa Rumsfeld e o vice-secretário Paul Wolfowitz, criticaram anteriormente o erro do governo Clinton em não apoiar ativamente e armar uma oposição iraquiana, mas permanece a ser analisado se essa abordagem ou outra dedicada principalmente à revigoração das sanções ("sanções inteligentes", destinadas especificamente à produção iraquiana de armas de destruição em massa) ganhará o maior apoio. Em qualquer dos casos, o esforço irreduzível de Saddam no desenvolvimento de armas nucleares, químicas e biológicas, ligando-as a mísseis, certamente será uma preocupação do governo Bush.

Por outro lado, o conflito entre Israel e os palestinos provavelmente não receberá a intensa atenção dedicada pelo governo Clinton. A explosão de violência iniciada no final de setembro de 2000, bem como a rejeição, por Yasser Arafat, das propostas de paz mais abrangentes já apresentadas, fornecem, a meu ver, evidências claras de que a liderança palestina atualmente não está disposta a terminar o conflito com Israel. Sob essas circunstâncias, a tarefa principal para o governo Bush será de deter a escalada para uma guerra mais ampla, aguardando um momento em que a violência seja reduzida e alguma forma de negociação temporária torne-se viável. Durante esse período, será importante demonstrar firme apoio a Israel, a fim de desencorajar planos maléficos para fazer prevalecer, de alguma forma, seus oponentes árabes de linha dura,

mantendo ao mesmo tempo comunicação eficiente com os líderes árabes.

Ligado aos problemas acima está o desafio relacionado mas distinto de como remodelar a política de defesa norte-americana para o século XXI. Embora o tópico tenha sido levantado durante a última década, o governo Bush tomou para si o que promete ser o esforço mais sério e sustentado de revisão geral e remodelagem das forças armadas, levando em conta o mundo modificado da era pós-Guerra Fria, bem como a revolução da tecnologia militar e da artilharia de precisão. Questões de defesas com mísseis e ameaças de armas de distribuição em massa e terrorismo também têm lugar importante nesta avaliação.

Os Estados Unidos continuam a ocupar papel único nos assuntos mundiais. Em cada uma das áreas de política externa e de segurança aqui mencionadas, bem como nas áreas do comércio, política econômica

internacional e política externa não tradicional como meio ambiente, mudanças climáticas, doenças, refugiados e intervenção humanitária, a cooperação internacional raramente é eficiente sem papel ativo dos Estados Unidos. A tarefa para o novo governo Bush será, portanto, de enfrentar esses diversos desafios, de forma a proporcionar liderança sem tornar-se exagerada, manter a primazia norte-americana, engajar outros países a agirem em conjunto sempre que possível e sustentar o apoio doméstico para as políticas e o nível de recursos necessário para conduzi-las eficientemente. Este papel não apenas é indispensável internacionalmente, mas também reflete os interesses nacionais fundamentais dos Estados Unidos. ●

As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

SECRETÁRIO DE ESTADO COLIN POWELL

Biografia

Confirmado por votação oral no Senado, tomou posse como secretário de Estado em 20 de janeiro de 2001.

EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE GOVERNO: 35 anos no Exército dos Estados Unidos, promovido à função de general e chefe do Estado Maior Conjunto (1989 a 1993); conselheiro de segurança nacional durante o governo Reagan.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO: em seguida à sua aposentadoria, Powell escreveu uma autobiografia que se tornou um "best-seller" e lançou-se como orador público, falando para audiências em todo o território norte-americano e no exterior. Em abril de 1997, presidiu a Cúpula Presidencial para o Futuro da América, tornando-se em seguida presidente da Promessa da América - Aliança para a Juventude, grupo nacional sem fins lucrativos dedicado a melhorar a vida dos jovens da nação, que surgiu das deliberações da cúpula.

FORMAÇÃO: bacharel de Ciências em Geologia, Faculdade Municipal de Nova York; mestrado em Administração Comercial, Universidade George Washington.

DO PRESIDENTE BUSH SOBRE POWELL: "Hoje, os Estados Unidos convocam Colin Powell novamente. Trata-se de um líder que compreende que os Estados Unidos devem trabalhar em parceria com nossos amigos em tempos de paz se quisermos que eles sejam - se quisermos ser capazes de convocá-los em tempos de crise."

DO PRESIDENTE BUSH SOBRE POWELL: "Não conheço ninguém melhor para ser a face e a voz da diplomacia norte-americana que Colin L. Powell. Em qualquer lugar aonde vá, e com quem quer que se reúna, o mundo verá o melhor dos Estados Unidos da América. Nesse cargo, ele segue as pegadas não apenas de Jefferson, mas também de um de seus heróis particulares, o general George C. Marshall. E eu diria

do general Powell o que Harry Truman disse do general Marshall. Ele é uma edificação de força e bom senso. Quando se encontra alguém como ele, temos que insistir com ele. Eu encontrei esse homem."

ANTECEDENTES: Powell foi soldado profissional por 35 anos, durante os quais ocupou inúmeros cargos de comando e como subordinado até atingir o cargo de general de quatro estrelas. Sua última missão foi de 1º de outubro de 1989 a 30 de setembro de 1993, como o 12º chefe do Estado Maior Conjunto, o mais alto cargo militar do Departamento de Defesa. Durante esse período, ele administrou 28 crises, que incluíram a Operação Tempestade no Deserto, na vitoriosa Guerra do Golfo Pérsico, em 1991. Depois que se aposentou, Powell escreveu sua autobiografia, "My American Journey" (Minha Jornada Americana), que foi publicada em 1995 e tornou-se um "best-seller".

Powell nasceu em Nova York, no dia cinco de abril de 1937. Seus pais haviam imigrado da Jamaica para os Estados Unidos. Powell formou-se na Faculdade Municipal de Nova York (CCNY), onde obteve grau de bacharel em Geologia. Ele também participou da Subdivisão de Treinamento de Oficiais da Reserva (ROTC) no CCNY e recebeu comenda como segundo lugar-tenente do Exército após formar-se, em junho de 1958. Posteriormente, fez o mestrado em Administração Comercial na Universidade George Washington.

Powell recebeu numerosos prêmios e condecorações militares norte-americanas e estrangeiras. Seus prêmios civis incluem duas Medalhas Presidenciais da Liberdade, a Medalha Presidencial dos Cidadãos, a Medalha de Ouro dos Congressistas, a Medalha por Distinção do Serviço da Secretaria de Estado e a Medalha por Distinção do Serviço da Secretaria de Energia. Diversas escolas e outras instituições homenagearam-no com seu nome e ele possui títulos honorários de universidades e faculdades de todo o país.

SECRETÁRIO DE DEFESA DONALD RUMSFELD

Biografia

Confirmado por votação oral no Senado, tomou posse como secretário da Defesa em 20 de janeiro de 2001.

EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO GOVERNO: secretário da Defesa, 1975-1977; presidente da transição do governo Ford, chefe de equipes e membro do Gabinete, 1974-1975; embaixador norte-americano na OTAN, 1973-1974; diretor do Programa de Estabilização Econômica da Casa Branca e conselheiro do presidente, 1971-1973; diretor do Escritório de Oportunidades Econômicas da Casa Branca, assistente do presidente e membro do Gabinete, 1969-1971; congressista republicano por Illinois, 1962-1969.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO: presidente e executivo chefe da Instrument General Corporation, 1990-1993; executivo chefe, presidente e posteriormente presidente do Conselho da G. D. Searle & Co., empresa farmacêutica multinacional, 1977-1985; aviador naval da Marinha dos Estados Unidos, 1954-1957.

FORMAÇÃO: bacharel em Política, Universidade de Princeton.

DO PRESIDENTE BUSH SOBRE RUMSFELD: "Don e eu estabelecemos três objetivos claros para guiar a política de defesa norte-americana. Em primeiro lugar, fortaleceremos a união de confiança entre o povo norte-americano e os que vestem o uniforme da nossa nação. Daremos a eles as ferramentas necessárias e o respeito que merecem. Em segundo lugar, trabalharemos para defender nosso povo e nossos aliados contra ameaças crescentes; as ameaças de mísseis, da guerra da informação, as ameaças das armas biológicas, químicas e nucleares. Enfrentaremos as novas ameaças de um

novo século. Em terceiro lugar, começaremos a criar as forças armadas do futuro, que possam aproveitar totalmente as novas e revolucionárias tecnologias. Promoveremos a paz redefinindo a forma como as guerras serão disputadas."

DO PRESIDENTE BUSH SOBRE RUMSFELD: "Este é um homem que possui grande poder de julgamento, forte visão e será um grande secretário da Defesa - outra vez."

ANTECEDENTES: entre 1998 e 1999, Rumsfeld trabalhou como Presidente da Comissão sobre o Tratado Anti-Mísseis Balísticos para os Estados Unidos, que avaliou a vulnerabilidade norte-americana aos ataques com mísseis.

O presidente Bush indicou que sua escolha deveu-se em parte ao trabalho de Rumsfeld como presidente da Comissão. "Senti que ele fez um trabalho extraordinário em uma missão delicada", afirmou Bush. "Ele reuniu pessoas que compreendem as realidades do mundo moderno. Ao escolher Don Rumsfeld, conseguimos uma pessoa cuidadosa, ponderada e conhecedora do tema da defesa com mísseis."

Mais recentemente, entre 1999 e 2000, Rumsfeld foi membro da Comissão Revisora do Déficit Comercial Norte-Americano. Durante o governo Reagan, trabalhou como conselheiro dos Departamentos de Estado e da Defesa dos Estados Unidos e como membro do Comitê Consultor Geral do Presidente sobre Controle de Armas. Durante o governo Clinton, presidiu a Comissão Norte-Americana de Determinação da Organização e Gerenciamento Espacial da Segurança Nacional. ●

CONSELHEIRA DE SEGURANÇA NACIONAL CONDOLEEZZA RICE

Biografia

Tomou posse como assistente do presidente para Assuntos de Segurança Nacional em 22 de janeiro de 2001.

EXPERIÊNCIA POLÍTICA EM GOVERNOS ANTERIORES: membro do Conselho de Segurança Nacional, 1989-1991, como diretora e posteriormente diretora sênior de Assuntos Soviéticos e do Leste Europeu; nomeada posteriormente assistente do conselheiro de assuntos de segurança nacional.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO: professora e reitora, Universidade de Stanford; membro do Instituto Hoover.

FORMAÇÃO: bacharel, PhD em ciências políticas, Universidade de Denver; Mestre em Artes, Universidade Notre Dame.

DO PRESIDENTE BUSH SOBRE RICE: "A dra. Rice não é apenas uma pessoa brilhante; ela é uma pessoa experiente. Ela é boa gerente. Confio nas suas avaliações. Os Estados Unidos notarão que ela é uma pessoa inteligente e estou muito honrado" pela sua união ao governo".

RICE SOBRE SEGURANÇA NACIONAL: "George W. Bush nunca permitirá que os Estados Unidos e nossos aliados sofram chantagens. E deixemos bem claro: a chantagem é o que os Estados fora da lei que buscam mísseis balísticos de longo alcance têm em mente. Chegou a hora de mover-nos para além da Guerra Fria. Chegou o momento de termos um presidente dedicado a uma nova estratégia nuclear e ao desenvolvimento de defesas eficazes com mísseis o mais rápido possível. George W.

Bush sabe que os Estados Unidos têm aliados e amigos que compartilham nossos valores. E, como ele afirmou, o presidente deverá convocar nossos aliados quando não forem necessários, para que ele possa convocá-los quando houver necessidade".

ANTECEDENTES: Rice é conhecida pelo seu domínio de assuntos russos e controle de armas. Ela apóia defesas contra mísseis balísticos para os Estados Unidos e levantou questões sobre os deslocamentos militares atuais norte-americanos, afirmando que os líderes norte-americanos devem examinar os recursos e, em alguns casos, considerar o estabelecimento de coalizões para dividir os encargos militares. Com respeito à possibilidade de negociação de níveis nucleares mais baixos entre os Estados Unidos e a Rússia, Rice afirmou que o conceito atual de estratégia bilateral data da Guerra Fria e que "está na hora de um novo conceito estratégico". Ela indicou que o número de armas nucleares necessárias para os Estados Unidos no futuro deverá ser determinado através de revisão interna.

Rice escreveu ou colaborou para diversos livros, que incluem "Germany Unified and Europe Transformed" (A Alemanha Unificada e a Europa Transformada) (1995), "The Gorbachev Era" (A Era Gorbachev) (1986) e "Uncertain Allegiance: The Soviet Union and the Czechoslovak Army" (Fidelidade Incerta: A União Soviética e o Exército da Checoslováquia) (1984). Após sua chegada a Washington em 1986, ela trabalhou com planejamento estratégico nuclear no Estado Maior Conjunto, como parte de uma parceria do Conselho de Relações Exteriores. ●

DIRETOR CENTRAL DE INTELIGÊNCIA GEORGE TENET

Biografia

Confirmado por votação oral no Senado, tomou posse como diretor central de Inteligência em 11 de julho de 1997. O presidente George W. Bush solicitou em 16 de janeiro que permanecesse no cargo, tornando-o o primeiro diretor central de Inteligência a permanecer no cargo após a presidência dos Estados Unidos mudar de partido político em 32 anos.

EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO GOVERNO: diretor central de Inteligência (1997-atual); vice-diretor central de Inteligência (1995-1997); assistente especial e diretor sênior de programas de inteligência do Conselho de Segurança Nacional (1993-1995); diretor da superintendência de negociações para o controle de armas entre a União Soviética e os Estados Unidos e, em seguida, diretor do Comissão de Seleção do Senado sobre Inteligência (1986-1993); assistente legislativo e diretor legislativo do senador John Heinz (1982-1985).

FORMAÇÃO: Bacharel em Ciências, Faculdade de Serviços Externos da Universidade de Georgetown; Mestre em Artes, Faculdade de Assuntos Internacionais, Universidade de Colúmbia (1978).

DE TENET SOBRE INTELIGÊNCIA: O papel da inteligência estratégica "é o de trabalhar contra os que se opõem à segurança e à tranquilidade dos Estados Unidos. Obter os segredos que eles (nações, organizações e até indivíduos) mais querem ocultar.

Buscar e descobrir seus planos e intenções. Em um ambiente internacional como o nosso (em que a força nacional não é medida apenas pelo arsenal militar, mas em informações), existimos para fornecer ao nosso país uma vantagem decisiva."

ANTECEDENTES: como diretor central de Inteligência, Tenet chefia a Comunidade de Inteligência (todas as agências de inteligência externa dos Estados Unidos) e dirige a Agência Central de Inteligência. Enquanto trabalhava como diretor sênior de Programas de Inteligência no Conselho de Segurança Nacional, ele coordenou as Diretrizes para Decisões Presidenciais sobre "Prioridades de Inteligência", "Coordenação da Política de Segurança", "Eficiência da Contra-Inteligência Norte-Americana" e "Política Norte-Americana sobre Capacidades Espaciais de Percepção Remota". Ele também foi responsável pela coordenação de todas as atividades interagências referentes a ações secretas. Antes de trabalhar no NSC, Tenet trabalhou na equipe de transição de segurança nacional do presidente Clinton e coordenou a avaliação da Comunidade Norte-Americana de Inteligência. Publicação: "The Ability of U.S. Intelligence to Monitor the Intermediate Nuclear Force Treaty" (A Capacidade da Inteligência Norte-Americana em Monitorar o Tratado de Forças Nucleares Intermediárias) ©

A Segurança Nacional dos Estados Unidos: a Equipe de Bush INFORMAÇÕES SOBRE ARTIGOS

Carter, Ashton B. KEEPING AMERICA'S MILITARY EDGE (Como Manter a Dianteira Militar Norte-Americana) (*Foreign Affairs*, vol. 80, nº 1, janeiro/fevereiro de 2001, págs. 90-105)

Embora a capacidade das forças armadas norte-americanas a curto prazo seja "inigualável", a prontidão a longo prazo do sistema de segurança nacional para enfrentar as ameaças futuras "permanece questionável", afirma o autor. Ele descreve uma série de mudanças gerenciais que acredita serem necessárias "para assegurar que as forças armadas dos Estados Unidos mantenham sua vantagem... face às revoluções da informação, comercialização e globalização que estão transformando o mundo".

Cohen, Eliot A. DEFENSE AND THE NEW PRESIDENT: REMAKING THE MILITARY (A Defesa e o Novo Presidente: A Reestruturação das Forças Armadas) (*Current*, nº 427, novembro de 2000, págs. 3-9)

As forças armadas norte-americanas (apesar da sua inércia para mudanças) necessitam de uma revisão geral e drástica, afirma o autor. Os problemas atuais não terão repercussões severas a curto prazo, mas ele avisa que as conseqüências a longo prazo poderão ser mortais. As forças armadas, afirma ele, necessitam concentrar-se em quatro tópicos: defesa contra armas de destruição em massa, dominação convencional, contingências a curto prazo e manutenção da paz. Ele defende ainda um papel forte para os civis nas mudanças das forças armadas, para que reflitam adequadamente o mundo de hoje.

Cohen, William S. PRINCIPLES FOR A NATIONAL SECURITY CONSENSUS (Princípios para um Consenso sobre Segurança Nacional) (*The Washington Quarterly*, vol. 24, nº 2, primavera de 2001, págs. 75-81)

O ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos William Cohen argumenta que os elaboradores políticos de hoje podem atingir uma política externa norte-americana bipartidária caso reafirmem que a segurança nacional nunca deverá ser partidária. Para apoiar esse princípio, ele afirma que os poderes executivo e legislativo necessitam trabalhar como parceiros e, ao mesmo tempo, deve haver "debate forte e informado sobre questões de segurança

nacional". Seu comentário é apoiado pelo trabalho de sete outros líderes e especialistas políticos, que incluem os senadores John Kerry e Charles Hagel, Norman Ornstein, Alton Frye, os ex-congressistas Newt Gingrich e Lee Hamilton, e o ex-vice secretário da Defesa John Hamre, em uma série de artigos sobre a elaboração de políticas externas bipartidárias.

Graham, Thomas W. NATIONAL SECURITY: OPPORTUNITIES AND DANGERS FOR THE NEW ADMINISTRATION (A Segurança Nacional: Oportunidades e Perigos para o Novo Governo) (*Public Perspectives*, vol. 12, nº 1, janeiro/fevereiro de 2001, págs. 22-33)

O público norte-americano não é tão ambivalente ou ignorante sobre questões de política externa como muitos acreditam, afirma Graham. A política externa, observa ele, é algo que os norte-americanos consideram muito seriamente. Pesquisas indicam, segundo ele, que as preocupações de política externa dos norte-americanos mudaram e agora refletem quatro questões principais: armas químicas e biológicas, proliferação nuclear, terrorismo e drogas. Graham afirma que o novo governo seria bem servido ao promover pesquisas regulares com os norte-americanos sobre suas atitudes, pois isso seria útil na elaboração de decisões de política externa e na manutenção do apoio dos norte-americanos.

Rice, Condoleezza. RICE TALK (Conversa com Rice) (*The International Economy*, vol. 14, nº 5, setembro/outubro de 2000, págs. 36-39)

Em entrevista pouco antes de tornar-se Conselheira de Segurança Nacional do presidente Bush, Rice discute o comércio com o México, o colapso da União Soviética, política de imigração, questões de defesa e economia internacional. As questões econômicas, afirma ela, são fundamentais por terem o potencial de "remodelar toda a dinâmica política internacional ao criar um ambiente democrático... mais próspero". Como o poder e a influência dos Estados Unidos são evidentes, ela afirma não haver necessidade de referir-se aos Estados Unidos como a "nação indispensável", como fazia a ex-secretária de Estado Albright".

Traub, James. W.'S WORLD (O Mundo de W.) (*New York Times Magazine*, 17 de janeiro de 2001, págs. 28-34)

A percepção do novo governo Bush sobre as questões externas é notadamente diferente do governo do primeiro presidente Bush, afirma o autor. São notadamente ausentes dos pronunciamentos do novo governo, afirma ele, as referências a intervenções humanitárias, manutenção da paz e construção de nações; no seu lugar, o novo governo Bush defende o "realismo", enaltece o livre comércio e mercados e reluta em comprometer as forças militares norte-americanas em operações terrestres no exterior.

As observações acima são parte de informações sobre artigos mais abrangentes oferecidas na Home Page Internacional do Escritório de Programas de Informação Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos: "<http://usinfo.state.gov/admin/001/wwwhapub.html>".

A Segurança Nacional dos Estados Unidos: a Equipe de Bush BIBLIOGRAFIA

- Brown, Justin. BUSH'S FOREIGN-POLICY FOCUS CLOSER TO HOME (Política Externa de Bush Concentra-se Mais Perto de Casa) (*The Christian Science Monitor*, vol. 93, nº 57, 15 de fevereiro de 2001, pág. 2)
- Carlucci, Frank; Hunter, Robert; Khalilzad, Zalmay. TAKING CHARGE: A BIPARTISAN REPORT TO THE PRESIDENT ELECT ON FOREIGN POLICY AND NATIONAL SECURITY (Ao Tomar Posse: Relatório Bipartidário ao Presidente Eleito sobre Política Externa e Segurança Nacional). Santa Monica, CA: Rand, 2000. 61p.
- DeYoung, Karen; Mufson, Steven. A LEANER AND LESS VISIBLE NSC (Um Conselho de Segurança Nacional Mais Enxuto e Menos Visível) (*The Washington Post*, 10 de fevereiro de 2001, págs. A1, A6)
- FOREIGN DEFENSE POLICY (Política de Defesa Externa), págs. 513-618 em Crane, Edward; Boaz, David, editors. CATO HANDBOOK FOR CONGRESS: POLICY RECOMMENDATIONS FOR THE 107TH CONGRESS (Manual Cato para o Congresso: Recomendações Políticas para o 107º Congresso). Washington: Instituto Cato, 2001. 680 págs.
- Gardels, Nathan. GEORGE W'S WORLDVIEW (A Visão Mundial de George W.) (*New Perspectives Quarterly*, vol. 18, nº 1, inverno de 2001, págs. 35-37)
- Grossman, Karl; Long, Judith. STAR WARS BOOSTERS (Incentivadores da Guerra nas Estrelas) (*The Nation*, vol. 272, nº 4, 29 de janeiro de 2001, págs. 6-7)
- Hirsh, Michael; Barry, John. LEADER OF THE PACK: THE GENERAL WAS FIRST-A GENUINE 'AMERICAN HERO' (O Líder do Grupo: O General Foi um Genuíno "Herói Americano" de Primeira Classe) (*Newsweek*, vol. 136, nº 26, 25 de dezembro de 2000, págs. 38-41)
- Kitfield, James. A DIPLOMAT HANDY WITH A BAYONET (Um Diplomata Armado com uma Baioneta) (*National Journal*, vol. 33, nº 4, 27 de janeiro de 2001, págs. 250-251)
- Melloan, George. BUSH WILL ALTER FOREIGN POLICY STYLE AND SUBSTANCE (Bush Irá Alterar o Estilo e a Substância da Política Externa) (*Wall Street Journal*, 16 de janeiro de 2001, pág. A27)
- Mulholland, David. BUSH 'A BOON FOR THE U.S. DEFENSE INDUSTRY' (Bush, "Uma Bênção para a Indústria da Defesa dos Estados Unidos") (*Jane's Defense Weekly*, vol. 35, nº 1, 3 de janeiro de 2001, pág. 19)
- O'Hanlon, Michael. COME PARTLY HOME, AMERICA (Comece a Vir para Casa, América) (*Foreign Affairs*, vol. 80, nº 2, março/abril de 2001, págs. 2-8)
- Powell, Colin L. MY AMERICAN JOURNEY (Minha Jornada Americana). Nova Iorque: Random House, 1995. 643 págs.
- Powell, Colin L. A PREVIEW FROM POWELL (Previsão de Powell) (*Air Force Magazine*, vol. 84, nº 2, fevereiro de 2001, págs. 58-59)
- Rice, Condoleezza. PROMOTING THE NATIONAL INTEREST (Promovendo os Interesses Nacionais) (*Foreign Affairs*, vol. 79, nº 1, janeiro/fevereiro de 2000, págs. 45-62)
- Rice, Condoleezza; Zelikow, Philip D. GERMANY UNIFIED AND EUROPE TRANSFORMED: A STUDY IN STATECRAFT (A Alemanha Unificada e a Europa Transformada: Um Estudo sobre Estadismo). Cambridge: Universidade de Harvard, 1997. 493 págs.
- Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comissão sobre Serviços Armados. SECRETARY OF DEFENSE NOMINATION: HEARING (A Nomeação do Secretário da Defesa: Audiência). Washington: Escritório de Imprensa do Governo, 11 de janeiro de 2001.
- Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comissão sobre Relações Externas. SECRETARY OF STATE NOMINATION: HEARING (A Nomeação do Secretário de Estado: Audiência). Washington: Escritório de Imprensa do Governo, 17 de janeiro de 2001.

Instituto Norte-Americano da Paz. ADAPTING TO THE NEW NATIONAL SECURITY ENVIRONMENT (Adaptando-se ao Novo Ambiente de Segurança Nacional). Washington: Instituto Norte-Americano da Paz, dezembro de 2000. 8 págs.

Walker, Martin. THE NEW 'FOREIGN POLICY': SPICED UP BUT STILL LEAVENED WITH INSIGHT (A Nova "Política Externa": Apimentada mas Ainda Temperada pelo Discernimento) (*The Chronicle of Higher Education*, vol. 47, nº 18, 12 de janeiro de 2001, págs. B12-B13)

Weinberger, Caspar W. THE FIRST PRIORITY FOR OUR NEW PRESIDENT (A Primeira Prioridade para Nosso Novo Presidente) (*Forbes*, vol. 167, nº 2, 22 de janeiro de 2001, pág. 49)

Wilson, George C. GUNS APLENTY, BUTTER BE DAMNED (Com Tantas Armas, Amaldiçoada Manteiga) (*National Journal*, vol. 33, nº 4, 27 de janeiro de 2001, págs. 252-253) ●

A Segurança Nacional dos Estados Unidos: a Equipe de Bush PRINCIPAIS "SITES" NA INTERNET

Salientamos que o Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; essa responsabilidade reside unicamente com os provedores.

Instituto Empresarial Norte-Americano: Projeto de Transição de Governo
<http://www.aei.org/governing/>

Conselho Norte-Americano de Política Externa
<http://www.afpc.org/>

Instituto Brookings
<http://www.brookings.edu/>

Fundação Carnegie para a Paz Internacional
<http://www.ceip.org/>

Fundação Carnegie para a Paz Internacional
<http://www.csis.org/>

Conselho de Relações Exteriores: Relatório da Força Tarefa de Reforma do Departamento de Estado
http://www.cfr.org/p/pubs/StateDept_TaskForce.html

Associação de Política Externa
<http://www.fpa.org/>

Política Externa em Foco
<http://www.foreignpolicy-infocus.org/>

Delegação do Projeto de Liderança da Fundação Heritage
<http://www.heritage.org/mandate/>

Instituto Hoover
<http://www.hoover.org/>

Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
<http://www.cia.gov/>

Comissão de Segurança Nacional dos Estados Unidos
<http://www.nssg.gov/>

Congresso dos Estados Unidos, Câmara, Comissão das Forças Armadas
<http://www.house.gov/hasc/>

Congresso dos Estados Unidos, Câmara, Comissão de Relações Internacionais
http://www.house.gov/international_relations/

Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comissão das Forças Armadas
http://www.senate.gov/-armed_services/

Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comissão de Relações Exteriores
<http://www.senate.gov/-foreign/>

Departamento da Defesa dos Estados Unidos: DefenseLINK
<http://www.defenselink.mil/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos
<http://www.state.gov/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos: Segurança Internacional
<http://usinfo.state.gov/topical/pol/pol.htm>

Instituto da Paz dos Estados Unidos
<http://www.usip.org/>

Missão Norte-Americana para as Nações Unidas
<http://www.un.int/usa/>

Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos
<http://www.whitehouse.gov/nsc/>

Presidente dos Estados Unidos
<http://www.whitehouse.gov/>

Índice Yahoo de Política Externa dos Estados Unidos
http://dir.yahoo.com/Government/U_S_Government/Politics/Foreign_Policy/



AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 6

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 1

*A Segurança Nacional
Norte-Americana:
a Equipe de Bush*

Março de 2001